

Uriel Weinreich
William Labov
Marvin I. Herzog

Coleção Língua[gem]

1. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*, Marcos Bagno
2. *Linguagem & comunicação social — visões da linguística moderna*, Manoel Luiz Gonçalves Cortêa
3. *Por uma linguística crítica*, Kanavillil Rajagopalan
4. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*, Stella Maris Bortoni-Ricardo
5. *Sistema, mudança e linguagem — um percurso pela história da linguística moderna*, Dante Lucchesi
6. *"O português são dois" — novas fronteiras, velhos problemas*, Rosa Virginia Mattos e Silva
7. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, Rosa Virginia Mattos e Silva
8. *A linguística que nos faz falar — investigação crítica*, Kanavillil Rajagopalan, Fábio L. da Silva [orgs.]
9. *Do signo ao discurso — introdução à filosofia da linguagem*, Inês Lacerda Araújo
10. *Ensaio de filosofia da linguística*, José Borges Neto
11. *Nós chegemos na escola, e agora? — sociolinguística e educação*, Stella Maris Bortoni-Ricardo
12. *Do-se lindos filhotes de poodle — variação linguística, mídia e preconceito*, M^a Marta Pereira Scherre
13. *A geopolítica do inglês*, Yves Lacoste [org.], Kanavillil Rajagopalan
14. *Gêneros — teorias, métodos, debates*, J. L. Meurer, Adair Bonini, Désirée Motta-Roth [orgs.]
15. *O tempo nos verbos do português — uma introdução a sua interpretação semântica*, Maria Luiza Monteiro Sales Corôa
16. *Considerações sobre a fala e a escrita — fonologia em nova chave*, Darcília Simões
17. *Princípios de linguística descritiva*, M. A. Perini
18. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*, Luiz Paulo da Moita Lopes
19. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, U. Weinreich, W. Labov, M. I. Herzog
20. *Origens do português brasileiro*, Anthony Julius Naro, M^a Marta Pereira Scherre
21. *Introdução à gramaticalização — princípios teóricos & aplicação*, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, M^a Célia Lima-Hernandes, Vania Cristina Casseb-Galvão [orgs.]
22. *O acento em português — abordagens fonológicas*, Gabriel Antunes de Araújo [org.]
23. *Sociolinguística quantitativa — instrumental de análise*, Gregory R. Guy, Ana Maria Stahl Zilles
24. *Metáfora*, Tony Berber Sardinha
25. *Norma culta brasileira — desatando alguns nós*, Carlos Alberto Faraco
26. *Padrões sociolinguísticos*, William Labov
27. *Gênesis dos discursos*, Dominique Maingueneau
28. *Cenas da enunciação*, Dominique Maingueneau
29. *Estudos de gramática descritiva — as valências verbais*, Mário A. Perini
30. *Caminhos da linguística histórica — "Ouvir o inaudível"*, Rosa Virginia Mattos e Silva
31. *Limites do discurso — ensaios sobre discurso e sujeito*, Sírio Possenti
32. *Questões para analistas do discurso*, Sírio Possenti
33. *Linguagem & diálogo — as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*, Carlos Alberto Faraco
34. *Nomenclatura Gramatical Brasileira — cinquenta anos depois*, Claudio Cezar Henriques
35. *Língua na mídia*, Sírio Possenti
36. *Malcomportadas línguas*, Sírio Possenti
37. *Linguagem. Gênero. Sexualidade: clássicos traduzidos*, Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana [orgs.]
38. *Em busca de Ferdinand de Saussure*, Michel Arrivé
39. *A noção de "fórmula" em análise do discurso — quadro teórico e metodológico*, Alice Krieg-Planque
40. *Geolinguística — tradição e modernidade*, Suzana Alice Marcellino Cardoso
41. *Doze conceitos em análise do discurso*, Dominique Maingueneau
42. *O discurso pomográfico*, Dominique Maingueneau
43. *Falando ao pé da letra — a constituição da narrativa e do letramento*, Roxane Rojo
44. *Nova pragmática — fases e feições de um fazer*, Kanavillil Rajagopalan
45. *Linguagem — atividade constitutiva — teoria e poesia*, Carlos Franchi
46. *Língua portuguesa — descrição e ensino*, Maria Teresa C. Pereira, André C. Valente [orgs.]
47. *Políticas da norma e conflitos linguísticos*, Xoán Carlos Lagares, Marcos Bagno [org.]

fundamentos empíricos para uma teoria da

MUDANÇA LINGUÍSTICA

TRADUÇÃO: Marcos Bagno
REVISÃO TÉCNICA: Carlos Alberto Faraco



Título original:
Empirical Foundations for a Theory of Language Change, publicado em *Directions for Historical Linguistics — A Symposium*
© W. F. Lehman e Yakov Malkiel, 1968
© University of Texas Press, Austin-London, 1968, pp. 95-199 | ISBN: 0-292-78355-8

Capa e projeto gráfico: Andréia Custódio

Editor: Marcos Marcondes

Conselho Editorial:

Ana Stahli Zilles [Unisinos]
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Egon de Oliveira Rangel [PUC-SP]
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipoij]
Henrique Monteagudo [Universidade de Santiago de Compostela]
Kanaavillil Rajagopalan [UNICAMP]
Marcos Bagno [UnB]
Marta Maria Pereira Scherre [UFES]
Rachael Gazola de Andrade [PUC-SP]
Roxane Rojo [UNICAMP]
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
Stella Maris Borroni-Ricardo [UnB]

CP-BRASIL, CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

W488

Vienna dt. UnBd

Tratamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística / Uriel Weinreich, William Labov, Marvin I. Herzog ; tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco ; pós-edição Maria da Conceição A. de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. - São Paulo : Parábola Editorial, 2006. - (Linguagem); 183

Tradução de Empirical foundations for a theory of language change. In Directions for historical linguistics : a symposium, editado por W.F. Lehman e Yakov Malkiel. Austin-London, University of Texas Press, 1973, pp.95-199

Inclui bibliografia

ISBN 85-88456-54-0

1 Mudanças linguísticas; 2. Linguagem e línguas. - Variação; 3. Sociolinguística; 1. Labov, William; 11. Herzog, Marvin I. III. Título. IV. Série.

06-1566

CDD 410
CDU 81-112

Direitos reservados à

Parábola Editorial

Rua Dr. Mário Vicente, 394 - Ipiranga

04270-000 São Paulo, SP

pubx: [11] 5061-9262 | 5061-8075 | fax: [11] 2589-9263

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-54-9

1ª edição, 2ª reimpressão: março de 2012 - conforme Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

© da edição: Parábola Editorial, São Paulo, maio de 2006

SUMÁRIO

NOTA LIMINAR, 7

APRESENTAÇÃO DE UM CLÁSSICO, 9

C. A. FARACO

1. Breve histórico do texto, 9
2. Estrutura do texto, 12
3. O processo argumentativo, 13
4. Um breve roteiro de leitura do texto, 15
 - 4.1. Introdução, 15
 - 4.2. O isolamento do idioleto, 17
 - 4.3. Problemas de mudança de estrutura, 21
 - 4.4 A língua como um sistema diferenciado, 25
5. Considerações finais, 29

URIEL WEINREICH, 31

0. INTRODUÇÃO, 33

1. O ISOLAMENTO DO IDIOLETO, 39

- 1.1. As teorias de Hermann Paul, 39
- 1.2. A herança dos neogramáticos, 54
 - 1.2.1. Saussure, 55
 - 1.2.2. A linguística descritiva bloomfieldiana, 57
 - 1.2.3. A prática dos gramáticos gerativistas, 60

2. PROBLEMAS DE MUDANÇA DE ESTRUTURA, 61

- 2.0. Tipos de teoria relevante, 61
 - 2.1. Função contrastiva dos fonemas, 63
 - 2.2. Estrutura gramatical, 73
 - 2.3. Argumentos relativos a tendências de longo prazo, 76
 - 2.4. Traços distintivos e mudança fonológica, 77
 - 2.4.1. A fonologia gerativa e a economia das gramáticas, 79

3. A LÍNGUA COMO UM SISTEMA DIFERENCIADO, 87

- 3.0. Uma abordagem sistemática das estruturas heterogêneas, 87

(3) a métodos para relacionar os conceitos e postulados de uma teoria à evidência empírica — ou seja, evidência baseada em regras para o acordo intersubjetivo entre os investigadores.

Consideramos importante insistir explicitamente nos fundamentos empíricos por causa do descaso, consciente ou inconsciente, com os princípios empíricos que permeia alguns dos trabalhos mais influentes na linguística de hoje. No que segue, tentaremos documentar e explicar esse estado de coisas.

Pensamos numa teoria da mudança linguística como parte de uma investigação teórica mais ampla sobre a evolução linguística como um todo. Uma teoria da evolução linguística teria de mostrar como formas de comunicação características de outros gêneros biológicos evoluíram (com quaisquer mutações que sejam) até uma protolinguagem distintivamente humana e, em seguida, em línguas com as estruturas e a complexidade das formas faladas que observamos hoje. Teria de indicar como as línguas atuais evoluíram desde as formas mais antigas atestadas (ou inferidas) de que temos registro; e finalmente ela determinaria se o presente curso da evolução linguística está seguindo a mesma direção e se é governado pelos mesmos fatores que operaram no passado⁶.

É a terceira área geral de investigação que será o foco deste ensaio: a descrição e explicação da mudança linguística ao longo dos quatro ou cinco últimos milênios. Mas até mesmo esta área limitada seria ampla demais para uma teoria da mudança hoje. Podemos considerar diferentes faixas temporais separadamente: mudanças de longo prazo com efeitos similares ao longo dos milênios; mudanças completas que cobrem um século ou dois no máximo; processos em marcha que podem ser observados no curso de uma ou duas gerações; ou mesmo porções puramente sincrônicas em que identificamos inferencialmente as direções da mudança de certos elementos variáveis. Nesta discussão, nos concentraremos primordialmente na segunda e na terceira dessas faixas, embora alguns comentários venham a ser feitos sobre o primeiro problema e alguns dados sejam extraídos de estudos do último.

⁶ Investigações sobre os efeitos de longo prazo do planejamento linguístico, do letramento maciço e dos meios de comunicação têm, por conseguinte, uma relevância especial para o estudo abrangente da evolução linguística, embora tais fatores, cujo efeito, na melhor das hipóteses, é recente, podem ser deixados de lado para certos estudos limitados da mudança linguística. Sobre a língua de um ponto de vista evolutivo, ver Greenberg 1954: cap. V; Greenberg 1959; Hymes 1961.

O isolamento do idioleto

1.1. AS TEORIAS DE HERMANN PAUL

MUITO antes do século XIX, já se havia notado que as línguas mudam⁷, mas aquele século se distinguiu como o período mais vigoroso da linguística histórica. Os teóricos desse período se esforçaram por mostrar que a coerência do comportamento linguístico, e em particular a regularidade das mudanças fonéticas, podia ser derivada de princípios mais gerais, de preferência psicológicos. O ápice dessa investigação foi atingido por Hermann Paul (1880)⁸, que desenvolveu a ideia de que a língua do falante-ouvinte individual encerra a natureza estruturada da língua, a coerência do desempenho falado e a regularidade da mudança. Isolando a língua do indivíduo do uso linguístico do grupo, Paul desenvolveu uma dicotomia, que foi adotada por gerações de linguistas posteriores e que subjaz, como tentaremos mostrar, na base dos paradoxos do século XX acerca da mudança linguística.

⁷ Por razões óbvias, a consciência e a discussão sobre a mudança linguística se desenvolveram primeiramente no mundo românico. O interesse de Dante na questão é bem conhecido, o de seu compatriota Tolomei, bem menos (Claudio Tolomei, *Il Cesano*, ca. 1530). J. Chr. Kraus (1787) já era sofisticado o bastante para sublinhar as oportunidades oferecidas à história da cultura pelo maior conservadorismo da gramática sobre o vocabulário. Vários outros exemplos poderiam ser citados. Portanto, Hockett (1965: 185), como as autoridades em que ele mesmo se baseia, simplifica demais as coisas ao atribuir a "hipótese genética" a Jones, Gyármathi, Rask, Grimm e Bopp. A mera enumeração desses nomes já é uma simplificação excessiva em outro sentido, também: os autores nomeados diferiam grandemente em sua capacidade de fazer inferências com base nos fatos de mudança. Para Grimm, a seriação temporal de estágios atestados das línguas germânicas era fundamental, mas em seguida ele não se atribuiu nenhuma tarefa de reconstrução. Rask, por outro lado — embora talvez o pensador mais ousado e esclarecido do grupo —, demorou a se decidir sobre os fatos de mudança; em sua obra-prima de 1818, ainda se perguntava de que línguas atestadas podia ter se originado o norueguês antigo.

⁸ Nossas referências de páginas são da quinta edição, mais ou menos *standard* (1920), que não difere da original nos pontos em questão aqui. [Existe tradução portuguesa da obra de Paul: *Princípios fundamentais da história da língua*, trad.: Maria Luísa Schemmann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1983.]

Idoleto e uso linguístico. A tarefa do historiador da língua, segundo Paul, é apresentar a sequência de estados particulares da língua (*Sprachzustände*, p. 29). O dado primário neste procedimento é um objeto que ele chama de *psychischer Organismus*. Este organismo é concebido por Paul como uma gramática psicologicamente internalizada que gera os enunciados dos falantes.⁹ “O verdadeiro objeto do linguista é a totalidade das manifestações de fala em todos os indivíduos em sua interação mútua” (p. 25).

Para constituir um fundamento realmente utilizável para uma visão histórica, a descrição de uma língua tem que fazer mais do que enumerar completamente os elementos de que uma língua consiste; “deve explicitar a relação dos elementos uns com os outros, suas forças relativas, as conexões em que entram, o grau de estreiteza e a força dessas conexões” (p. 29). Todas essas relações linguisticamente cruciais só podem ser encontradas na língua do indivíduo, em cuja mente se encontram os “grupos de imagem engatados, com suas múltiplas relações entrelaçadas, que são relevantes para a atividade de fala” (p. 39). Os grupos de imagem consistem de “imagens” (*Vorstellungen*), isto é, vestígios no inconsciente de enunciados fisicamente e conscientemente percebidos.¹⁰ Uma vez que a psique do indivíduo é vista como o *locus* das associações e conexões entre componentes linguísticos, percebemos por que Paul isola o indivíduo como o portador primário de uma língua, e leva o argumento à sua conclusão lógica ao afirmar que “temos de distinguir tantas línguas quantos são os indivíduos”¹¹.

⁹ Paul está especificamente preocupado com o poder gerativo de uma totalidade internalizada de “grupos de imagens”, como transparece em seu interesse no automonitoramento cinestésico e auditivo da produção de som e em sua afirmação, em conexão com a analogia (sintrônica), de que os falantes são capazes de formar e entender sentenças nunca antes encontradas. Paul espera que uma descrição fidedigna de um idoleto nos revele, “falando de um modo popular”, nada menos do que o *Sprachgefühl* do falante (p. 29). Tal como Paul vê, é impossível inferir a estrutura do idoleto simplesmente pela observação de enunciados. “Relacionar [fatos físicos observados] a fatos mentais”, escreve ele (p. 30), “é possível somente por meio de inferências analógicas baseadas no que temos observado em nossas mentes. A auto-observação exata constantemente renovada, a análise metódica do próprio *Sprachgefühl* é, por conseguinte, pré-requisito para o treinamento do linguista”.

¹⁰ As “imagens” não devem, de modo algum, ser entendidas como representações pictóricas, por exemplo, de coisas nomeáveis por nomes concretos; bem ao contrário, Paul diz que cada unidade linguística, cada classe de unidades e cada relação entre classes têm uma imagem correspondente como sua representação mental. Essas imagens são relacionadas por “associação” para formar grupos (pp. 26ss.), gerando assim uma representação mental plena da capacidade linguística do falante.

¹¹ A individualidade última da língua já era, evidentemente, uma ideia importante do romanismo; cf. Herder (1772: 123-124), tal como citado por Sapir (1907: 133-134).

O isolamento do indivíduo, pensava Paul, tinha a vantagem de vincular a linguística a uma ciência mais geral da psicologia. O preço deste isolamento, contudo, foi a criação de uma oposição irreconciliável entre o indivíduo e a sociedade. Paul então teve de construir uma ponte teórica para passar do objeto da linguística único e individual para uma entidade transindividual.

Uma comparação das línguas individuais (que podemos rotular, com o risco de anacronismo terminológico, mas sem muito medo de distorção, de “idoletos”¹²) produz uma certa “média”, que determina o que é realmente normal na língua — o uso linguístico (*Sprachusus*; p. 29). Com vistas a uma discussão posterior, vamos observar as seguintes características do “uso linguístico” de Paul. Primeiro, trata-se (ao contrário do idoleto) de um artefato do linguista — um produto de seu trabalho de comparar idoletos; nenhuma “existência” independente é reivindicada para ele.¹³ Segundo, um uso linguístico não tem nenhum limite determinado: qualquer agrupamento de falantes em grupos dialetais é arbitrário, sem motivação teórica (p. 38). Obviamente, o uso linguístico, ou “média”, resultante da comparação dos idoletos *A*, *B* e *C* — e não há modo de decidir, de uma comparação dos idoletos *A*, *B* e *C* — e não há modo de decidir, com base na teoria circunscrita de Paul, se *C* deve ser incluído ou omitido da comparação. Terceiro, se o “uso linguístico” tivesse de ser seriamente interpretado como uma “média”, ele só seria significativo com referência a fenômenos graduais; podemos argumentar que *ü* é a “média” de *u* e *i*, mas não existe nenhum significado óbvio para uma “média”, digamos, de *soda* e *pop* como duas designações idioletais para bebida gasosa. Quarto, é preciso observar que, ao postular a absoluta individualidade dos idoletos, Paul não oferece nenhuma indicação de como situar diferenças entre idoletos em qualquer escala de importância. Decorre daí, portanto, que para Paul o único objeto de significação teórica é o idoleto: o uso linguístico é derivativo, vago, não estruturado; como em seus termos estrutura e homogeneidade se implicam mutuamente, nenhum objeto estruturado que seja transindividual pode ser concebido.¹⁴

¹² Ver § 1.22 abaixo.

¹³ Paul faz uma analogia com a concepção ficcional das espécies que prevalecia na época: “Nada tem existência real exceto os indivíduos particulares. [...] Espécies, gêneros, classes não passam de sínteses e distinções arbitrárias da mente humana” (p. 37).

¹⁴ Começando com essa visão das coisas, alguém poderia ainda pensar em salvar, para o estudo dos fenômenos transindividuais, o *núcleo comum* de um grupo de idoletos — isto

MUDANÇA NO IDIOLETO E NO USO LINGÜÍSTICO. Agora estamos prontos para ver como Paul trata a mudança lingüística. As mudanças na língua podem ser entendidas em dois sentidos: (1) como mudanças num idioleto, e (2) como mudanças no uso lingüístico. As mudanças no uso lingüístico, por seu turno, podem surgir de dois modos: (1) por meio de mudanças dentro dos idioletos com base nos quais um dado uso lingüístico é definido; (2) por meio de adições ou subtrações de idioletos do conjunto de idioletos sobre os quais um uso lingüístico é definido. Suponha-se que definimos o uso lingüístico UL_1 para os idioletos A, B, C, D . Se o idioleto B mudar para B' , então disso resulta uma mudança em UL_1 ; por outro lado, se o idioleto B for removido do conjunto (por exemplo, com a morte de seu falante), ou se um idioleto E for acrescentado (por meio do nascimento ou da imigração de seu falante), ou ambas as coisas, também haverá uma mudança no uso lingüístico UL_1 , pois em princípio todo idioleto contribui com algo diferente para o uso lingüístico como um todo. Uma vez que as fronteiras do conjunto de idioletos sobre os quais um uso lingüístico é definido não têm nenhum fundamento teórico, e uma vez que as mudanças no uso lingüístico são completamente derivativas (p. 18), é a mudança dentro do idioleto que, para Paul, tem o exclusivo interesse teórico. (O que salva a investigação de ser uma absoluta fantasia sociológica é o fato, devidamente observado por Paul, de que conjuntos de idioletos, é claro, frequentemente têm fronteiras naturais no sentido de rupturas de comunicação entre os falantes ou comunidades de falantes; cf. p. 40).

O que causa mudanças num idioleto? Há dois mecanismos envolvidos: mudança espontânea e adaptação aos idioletos de outros falantes (p. 34). Sobre o mecanismo intraindividual, espontâneo, Paul tem pouco a dizer; ele se refere apenas uma vez mais ao papel das "particularidades pessoais e estímulos (*Erregungen*) peculiares da própria configuração mental e corporal" de um indivíduo (p. 38), mas não lhe ocorre exemplificar tais peculiaridades, de modo que uma proposta séria de correlações entre traços individuais e mudança no idioleto está fora de questão. O outro mecanismo de

é, não a "média", mas aquele fragmento do uso lingüístico compartilhado por todos os idioletos. No entanto, Paul não quer saber de nada disso e recrimina a "gramática descritiva" por seu procedimento de registrar "aquilo que, num conjunto de formas e relações gramaticais, é corrente numa comunidade de fala num tempo particular, o que pode ser usado por cada um sem ser mal entendido e sem provocar estranheza em seu interlocutor" (p. 24). O pecado capital dessa abordagem é sua preocupação com "abstrações".

mudança do idioleto, como dissemos, é a adoção seletiva de traços do idioleto dos interlocutores do sujeito. Suspeita-se que, para Paul, esse mecanismo, o social, é o mais importante; assim, ele diz sumariamente em outra passagem que "é somente por meio do intercurso (*Verkehr*) que a língua do indivíduo é criada" (p. 39).

Diante da relação entre idioletos e uso lingüístico, que já discutimos, podemos ver que o uso lingüístico muda "por meio da soma total de uma série de [...] mudanças em idioletos que se movem numa mesma direção"; um novo uso lingüístico se forma a partir do acúmulo de mudanças paralelas nos idioletos para os quais ele é definido. Agora fica claro que essa teoria nada diz sobre dois outros tipos de mudança que podem ser concebidos de modo igualmente razoável: (1) mudanças qualitativas, não graduais em idioletos, e (2) comportamento não paralelo de idioletos. Se são não graduais, dificilmente as mudanças podem levar a uma "soma total"; e se os idioletos não estão mudando paralelamente, qual será o resultado no uso lingüístico geral? Mas não faria sentido colocar a questão no contexto da teoria de Paul, porque para ele o uso lingüístico com respeito a fenômenos não graduais (isto é, com efeito, com respeito ao grosso da língua) não é um construto a ser levado a sério.

INFÂNCIA E IDADE ADULTA. Dados os dois mecanismos de mudança do idioleto (e, por extensão, de mudança do uso lingüístico), podemos nos deter para considerar se um indivíduo é igualmente propenso a mudanças idioletais ao longo da vida. Em princípio, sim, diz Paul: "É impossível designar um ponto na vida de um indivíduo em que se poderia dizer que o aprendizado da língua cessou". Por outro lado, o maior montante de aprendizado da língua (de mudança idioletal) ocorre na infância, e a diferença em grau é enorme (p. 34). Por conseguinte, Paul acha justificável concluir "que os processos de aprendizado da língua são da maior importância para a explicação de mudanças no uso lingüístico, que eles representam a causa mais importante destas mudanças" (*ibid.*).

Infelizmente, Paul não desenvolve essa ideia em nenhuma hipótese concreta, e várias questões permanecem sem resposta. Por exemplo, se o mecanismo do aprendizado da língua opera eficiente e uniformemente, seria de esperar que o conjunto de idioletos desviantes das crianças pequenas fizesse a mesma pequena e estável contribuição a todo uso lingüístico; seria então falso que o aprendizado da língua explica mudanças no uso lingüístico. Se, por outro lado, o mecanismo de aprendizado opera

ineficientemente, então estamos habilitados a saber por que o aprendizado desviante das crianças não tem efeitos aleatórios, mutuamente canceladores. Em outras palavras, invocar o aprendizado incompleto da língua pelas crianças como uma explicação para a mudança linguística é inútil, a menos que se sugira ao mesmo tempo um padrão de falhas de aprendizado. Mas isso Paul não nos oferece.

INCONSCIÊNCIA. Podemos agora prosseguir na discussão de um quebra-cabeça que surge de uma combinação dos postulados básicos da teoria de Paul. Se o *locus* significativo da mudança linguística está no idioleto, e se o idioleto é uma representação psicológica (o *Sprachgefuhl* do falante), como é que os falantes não têm consciência de estar mudando seus idioletos?¹⁵ Para uma resposta, Paul lança a hipótese de que a mudança idioletoal ocorre por etapas infinitesimais (p. 19). Mas como pode haver etapas infinitesimais entre fenômenos discretos, quantificados? Como alguém pôde, digamos, mover-se de *dived* para *dove*, ou de *pop* para *soda* por etapas infinitesimais? Soluções possíveis vêm à mente, e veremos a seguir como outros teóricos lidaram com a questão. A saída do próprio Paul foi estreitar arbitrariamente a discussão, da língua em geral para aqueles aspectos da língua que são contínuos (em vez de discretos) em sua configuração. Ele, portanto, simplesmente evitou a questão geral, que precisa necessariamente lidar também com aspectos descontínuos da língua.

O lado contínuo da configuração da língua com que Paul lida¹⁶ é agora elaborado por meio de mecanismo ulterior: o desempenho variável.

¹⁵ Que a mudança é um fato inconsciente é, para Paul, um achado empírico, embora ele admita que isso não seja "tão geralmente reconhecido e ainda precise ser demonstrado em pormenor" (p. 18). Ele está pensando, é claro, no desenvolvimento "natural" da língua, não na intervenção reguladora intencional que pode ser observada nas línguas padronizadas e que não pode ser senão consciente.

¹⁶ Sua principal preocupação é com o som. Em sua explicação da mudança semântica (cap. IV), onde distingue entre significados costumeiros (codificados idioletalmente) e significados ocasionais (*clots de referéncia* "dispersos"), Paul também lida com um *continuum*. Se tivesse se interessado pelo problema do discreto *versus* contínuo como um aspecto do *design* da língua, Paul poderia ter se estendido sobre os paralelismos entre mudança fonética e semântica, e percebido que eles não são conjuntamente representativos do resto da mudança linguística. Ao caracterizar a fonologia diacrônica de Paul como um estudo de fenômenos contínuos, nos damos conta, evidentemente, de que a teoria linguística subsequente impôs uma quantização onde Paul ainda via um *continuum*. Contudo, como deve ficar claro pela discussão, as visões de Paul não são totalmente obsoletas na medida em que aqueles fenômenos fonéticos concernidos são os que formam um *continuum* residual, mesmo depois que a estrutura discreta foi "extraída" pela fonêmica.

O desempenho fonético de um falante, nos diz ele, varia em torno de uma meta (idioletoalmente codificada) tal como os tiros de um exímio atirador se dispersam em torno do alvo (p. 54). A representação mental do som da fala envolve tanto uma cinestesia (*Bewegungsgefühl*; p. 49) quando uma imagem acústica (*Lautbild*) para o audiomonitoramento (*Kontrolle*; pp. 53, 58). É um fato empírico para Paul o de que tais representações são insuficientemente precisas para garantir o desempenho absolutamente consistente; por exemplo, o que é codificado como uma única cinestesia e imagem acústica (hoje diríamos: um único fonema) é manifestado como o par de sons psicologicamente discrimináveis [n] e [ŋ] em alemão, como em *Land* e *Anger*, de modo semelhante, uma única unidade psicologicamente codificada aparece como [d] em *Feldes* e como [l] em *Feld*. Portanto, onde podemos conceber dimensões contínuas de espaço fonético, "sempre existe uma *série contínua de sons infinitamente numerosos*" (pp. 51-52).

Isso, então, explica a flutuação no desempenho que não é codificada no idioleto e nem sequer é percebida pelo portador do idioleto.

CAUSAS DA MUDANÇA. Daqui nos movemos em direção ao problema crucial: por que a média dos desempenhos dispersos se altera? Que ela *pode* se alterar sem ser notada pelo falante se deve, diz Paul, ao fato de que a imagem acústica para monitoramento se move em paralelo com a cinestesia que controla a produção (p. 61). Mas, admitindo que elas se alteram juntas, por que se alteram afinal? Sobre essa questão crucial, a resposta de Paul tem uma parte geral e uma específica. Em geral, a língua se desenvolve sujeita a pressões de utilidade:

No desenvolvimento do uso linguístico, a finalidade (*der Zweck*) desempenha o mesmo papel que Darwin lhe atribui na natureza orgânica: a maior ou menor utilidade (*Zweckmäßigkeit*) dos padrões (*Gebilde*) resultantes é decisiva para sua preservação ou extinção. (p. 32)

Ora, como uma explicação pela seleção natural é vazia, a menos que se postule um critério independente para a sobrevivência, Paul invoca, como um fator especificamente linguístico, o princípio da maior comodidade:

É muito difícil detectar qualquer outra causa para a inclinação a desviar-se mais para um lado do que para o outro, além do fato de que o desvio em uma direção de algum modo se *adapta melhor* (*bequemmer ist*) aos órgãos do falante. (p. 56)

Em casos como a assimilação de grupos consonantais (*octō* > ital. *otto*), o fator da comodidade¹⁷ é óbvio. Às vezes, a duração e o acento também podem estar envolvidos. Até mesmo o fato de que "todas as línguas exibem uma certa harmonia de seus sistemas de sons" (presumivelmente relacionada a diferentes posições de repouso dos órgãos entre seus falantes) é uma explicação. É claro que existem vários tipos adicionais de mudança, especialmente do tipo "não condicionado", e Paul parece se dar conta de que os exemplos mais transparentes não produzem uma *explicação geral*. Mas ele crê que pesquisas psicofísicas posteriores são a chave; "a investigação da essência desse maior ou menor conforto é uma tarefa para a fisiologia" (p. 57). Que a busca do conforto por alterações infinitesimais no desempenho fonético é de fato a explicação — disso Paul está seguro.

Correlações de mudança sonora com clima, condições do solo, modo de vida e outros fatores ambientais não estão provadas, e aquelas que envolvem diferenças na anatomia dos órgãos fonadores são frequentemente incorretas e, de todo modo, inconclusivas (p. 60). A comodidade, reconhecidamente, "depende de uma variedade de circunstâncias que pode ser diferente para cada indivíduo", mas elas "também podem afetar grupos maiores" (p. 57). Quando afetam, uma alteração sonora ocorre (p. 59)¹⁸.

Mas se a busca da comodidade é a causa da mudança fonética nos idioletos, a questão fundamental emerge: por que os falantes não a empreendem mais depressa, e por que o uso linguístico se divide entre alguns falantes que se engajam numa trilha da busca da comodidade enquanto outros conservam seu padrão menos confortável? Esta questão fundamental emergirá repetidamente em nossa discussão; já aludimos a ela como o problema da implementação. Pois mesmo quando o curso de uma mudança linguística foi plenamente descrito e sua proficiência, explicada, resta sempre a questão de por que a mudança não foi ativada mais cedo, ou por que não foi simultaneamente ativada em todo lugar onde prevaleciam condições funcionais idênticas. A charada não resolvida da implementação

¹⁷ O alemão *bequem* significa tanto "conveniente" quanto "confortável". Como substantivo, porém, "comodidade" ["*ease*"] parece preferível a "conforto".

¹⁸ Em outro lugar (p. 227), Paul também cita a eliminação da alternância mórfica como uma tendência geral; presumivelmente, isso também poderia ser interpretado como uma busca de comodidade.

é o preço a pagar por qualquer explicação ligeira e individualista da mudança linguística. Ela cria o problema oposto: explicar por que a língua deixa de mudar.

Vamos ver como Paul lida com o enigma da implementação.

CONFORMIDADE. Em todos os momentos, diz ele, o desempenho de um falante está sob a pressão de diferentes forças para mudar em diferentes direções. Durante períodos estáveis de um idioleto, estas forças estão em perfeito equilíbrio e causam os desvios espontâneos do alvo para se cancelar uma à outra. Por exemplo, durante um período estável de um idioleto, a dispersão dos desempenhos do som *a* pode estar sob pressão igual para mudar rumo a *i* e rumo a *u*.

Contudo, é muito improvável que seja este o caso em todos os pontos e todos os momentos. Somente o acaso pode fazer com que, numa área mantida unida por intercurso particularmente intenso, uma tendência alcance preponderância sobre outra. Isso pode ocorrer mesmo se o consenso da maioria não estiver condicionado por qualquer coerência interna particular *vis-à-vis* os indivíduos que permanecem de fora do grupo, e mesmo se as causas que impõem a mudança numa direção particular forem talvez todas diferentes para indivíduos diferentes. A preponderância de uma tendência num círculo limitado deste tipo é suficiente para sobrepujar as tendências contrárias (p. 61).

Nesta passagem, Paul parece atribuir a implementação de uma mudança ao acaso. No entanto, se os inícios das mudanças fossem processos aleatórios, perdas ocasionais de equilíbrio alternariam com restaurações de equilíbrio, e inícios de mudança infinitesimal alternariam com interrupções de mudança infinitesimal. Portanto, o acaso é invocado aqui de modo ilegítimo, uma vez que estamos empenhados em explicar um processo específico e não um processo aleatório. O princípio teórico substancial ao qual Paul adere dissimuladamente é outro — é o que poderíamos chamar de "mecanismo de avalanche". Mas no caso das avalanches, a aderência da neve explica por que uma massa rolante atrai neve adicional; e ao explicar avalanches, podemos realmente atribuir sua implementação ao acaso (ou a algum evento desimportante, tal como um esquiador fazendo um giro abrupto em algum lugar: cf. Martinet, 1955: 36). No caso das mudanças fonéticas tais como descritas por Paul, no entanto, não se sugere nenhuma razão independente para se acreditar num mecanismo de avalanche.

Existe, de fato, mais uma hipótese dissimuladamente implicada na teoria de Paul: a hipótese de que os falantes gostam de se conformar aos idioletos de seus interlocutores. Mas sendo ou não uma crença válida, deixemos claro que ela não contribui em nada para a explicação da mudança fonética. Isso porque é invocada *ad hoc* para explicar tanto a resistência inicial à mudança quanto a subsequente concessão à mudança. Como vimos mais acima, Paul sustenta que os falantes adotam traços dos idioletos de outros, *seletivamente*, mas ele não oferece absolutamente nenhuma explicação dessa seletividade.

Ao descrever a difusão de uma mudança de idioleto para idioleto, Paul faz livre uso de sua hipótese da conformidade:

Uma vez que uma mudança definitiva na cinestesia [ou qualquer outro aspecto do idioleto]¹⁹ ocorreu por meio da eliminação das inibições exercidas pela comunicação [isto é, o desejo dos falantes de se conformarem aos idioletos de seus interlocutores], uma pequena mudança posterior se torna possível pelo efeito de continuidade da tendência. Enquanto isso, porém, toda uma minoria é varrida pelo movimento. Os mesmos fatores que impedem que a minoria se abaste demais do uso geral também a impedem de permanecer significativamente atrás do progresso da maioria [...]. O movimento prossegue em distâncias tão pequenas que uma oposição saliente nunca desponta entre indivíduos que permanecem em estreito intercuro uns com os outros (p. 62).

Duas importantes afirmações empíricas são introduzidas aqui: (1) que o progresso de uma mudança linguística através de uma comunidade segue um curso regular, uma curva em S²⁰ da maioria para a maioria e para a totalidade; (2) que a frequência de uma forma garante sua exemplaridade para uma comunidade de fala. Mais adiante teremos a oportunidade de discutir mais profundamente estas afirmações.

A trajetória social em S de uma mudança pode em princípio ser localizada em qualquer lugar numa comunidade. Mas ela adquire especial

¹⁹ Embora a discussão de Paul se concentre na mudança sonora, tudo o que ele diz aqui sobre a difusão de mudanças (enquanto distintas de sua origem) poderia igualmente bem ser aplicado a domínios discretos da língua, e sua discussão a partir deste ponto poderia ser generalizada, sem distorção, da mudança sonora para a mudança linguística.

²⁰ Compare-se com Osgood e Sebeok (1954: 155): "O ritmo da mudança seria talvez lento no início, aparecendo na fala de inovadores ou, mais provavelmente, de crianças; torna-se relativamente rápido à medida que estes jovens se tornam os agentes propulsores da difusão; e desaccera à medida que há cada vez menos indivíduos ídolos e marginais para levar adiante as formas antigas".

interesse se puder ser correlacionada com a diferenciação universal das comunidades de fala pela idade. Segundo Paul, precisamos distinguir entre mudanças intrageracionais e transgeracionais. As mudanças em S dentro de uma geração, acredita ele, são possíveis mas necessariamente diminutas. Elas alcançam proporções maiores somente quando a curva em S coincide com uma mudança nas gerações. Se a mudança já tiver abarcado a maioria, então os jovens "naturalmente" acompanharão (isto é, eles se tornam a ponta final do S). Mas mesmo que uma maioria ainda esteja resistindo à mudança, esta maioria acabará morrendo. Além disso,

as mesmas razões que impulsionam a geração mais velha a se desviar de cinestésias já formadas devem agir na formação de novas cinestésias entre a geração mais jovem. Portanto, pode se dizer que a causa principal [Veranlassung] da mudança fonética é a transmissão de sons a novos indivíduos. Para este processo, então, o termo "mudança" não é apropriado, se quisermos ser completamente exatos; trata-se antes de uma nova formação desviante [Neuerzeugung] (p. 63).

Em outras palavras: o que para falantes maduros é um desempenho que se desvia da codificação do idioleto se torna, para as crianças, um desempenho controlado pelo idioleto (não desviante).

É fácil ver por que a noção de geração atrai Paul, e vários outros estudiosos, como um porto seguro num perigoso mar teórico. Se as mudanças cronológicas na língua podem ser sobrepostas às renovações da população, fica cancelada a necessidade de uma teoria da mudança enquanto tal, já que se pode simplesmente pensar nos falantes de um dialeto substituindo os falantes de outro. (Em termos geográficos, a difusão de material linguístico por migração de falantes oferece um caso semelhante, atipicamente cômodo.) Mas uma teoria abrangente tem que dar conta de mudanças em diferentes ritmos e em diferentes direções, além da substituição de pais por filhos (ver § 2.41 abaixo). Além disso, a teoria de Paul parece repousar na ideia irrealista de que a diferença entre as gerações é descontínua. Na verdade, as gerações são discretas dentro de uma família, mas na comunidade elas formam um *continuum*. Uma teoria sólida que se baseie nas diferenças de idade tem que estar preparada para tratá-las como um gradiente ininterrupto.

REGULARIDADE DA MUDANÇA. Quando chegamos, a seguir, na questão da regularidade da mudança sonora, encontramos Paul seguindo não a posição radical do manifesto neogramático²¹, mas um ponto de vista

moderado iluminado pelas críticas de Kruzewski. Uma vez que a história deste debate é apresentada em geral de forma inextata²², uma ligeira digressão é necessária.

O postulado das leis fonéticas completamente regulares (isto é, sem exceções que sejam explicáveis elas mesmas por contextos fonéticos não *ad hoc*) recebeu seu ímpeto principal da leitura de Osthoff e Brugmann da monografia de Winteler de 1876 sobre o dialeto alemão de Kerenzen (Suíça). Na parte descritiva de sua monografia — que celebramos hoje em dia como um esforço pioneiro de análise fonêmica —, Winteler apresentou a distribuição de alofones em termos de item-e-processo. (Como sanscritista — um sanscritista, de fato, que pôs o termo *sândi* em circulação na Europa —, Winteler, evidentemente, tinha estudado Panini, de modo que a fonologia item-e-processo era um modelo natural para ele.) Ora, procurando o exemplo mais impressionante de uma lei sonora sem exceções, Osthoff e Brugmann recorreram à fonologia de Winteler: vejamos o alemão de Kerenzen, disseram eles, onde todo *n* por exemplo muda para *ŋ* diante de *k* e *g* — sem absolutamente nenhuma exceção. Historicistas como eram, Osthoff e Brugmann não perceberam que estavam extrapolando de um processo sincrônico para um diacrônico²³. A diferença entre os dois, e a legitimidade muitíssimo menor das mudanças diacrônicas, foi logo em seguida apontada por Kruzewski (1881); a diferença, contudo, ficou perdida entre os neogramáticos mais ortodoxos; não foi entendida por

²¹ Osthoff e Brugmann (1878).

²² As abordagens clássicas da história deste período foram escritas por estudiosos que eram eles mesmos neogramáticos em espírito — sobretudo Pedersen, mas também Bloomfield. Buscar uma visão equilibrada nestes relatos é como basear a história da guerra nas autobiografias dos generais vitoriosos. Jakobson (1960) prestou um valiosíssimo serviço com seu estudo da escola antineogramática de Kazan; infelizmente, seu artigo ainda permanece disponível apenas em polonês. Uma abordagem ainda mais ampla da controversia neogramática consideraria os argumentos dialetológicos junto com os sincrônico-analíticos contra a doutrina das leis sonoras que não admitem exceção.

²³ Leskien (1876), que é normalmente citado como o elaborador da hipótese dos neogramáticos, não conseguiria achar apoio para ela em seu material indeterminado. Como os historiadores daquele período desconsideraram a evidência mais forte disponível a Osthoff e Brugmann (p. ex., a monografia de Winteler), eles tenderam, quase como quem se desculpa, a rebaixar o postulado da não excepcionalidade das leis sonoras a uma "hipótese", e a atribuir a autoconfiança de Osthoff e Brugmann à exuberância de sua juventude. Uma explicação menos psicologizante e mais estritamente acadêmica da autoconfiança deles, no entanto, é o fato de que nas regras fonéticas sincrônicas do alemão de Kerenzen os neogramáticos verificaram, com efeito, exemplos não-hipotéticos de leis sonoras sem exceção.

Pedersen e, infelizmente, também foi desconsiderada por Bloomfield, para quem o processo sincrônico não existia.

Paul, *sim*, entendeu o argumento de Kruzewski (cf. suas referências aos artigos de Kruzewski nos *Zeitschrift de Techmer* [vols. 1, 2, 3, 5], p. 49), e, como não tinha preconceitos do tipo item-e-arranjo em fonologia, assimilou facilmente a distinção. Distingue, portanto, entre "trocas" de som (*Lautwandel*) e "alternâncias" de som (*Lautwechsel*). As primeiras são alterações em termos de processos *sincrônicos* unicamente, e são tidas como completamente regulares. As segundas são remanescentes de processos *sincrônicos* mais antigos que cessaram (ou podem ter cessado) de funcionar e que deixaram resíduos irregulares que têm de ser aprendidos como listas (p. 69). Para evitar confusão, daqui em diante traduziremos a *Lautwandel* de Paul por "regra fonética", *grosso modo* no sentido de Halle (1959). O problema para Paul, então, não é a absoluta regularidade das regras fonéticas, mas a redistribuição irregular dos sons entre os elementos lexicais. Em outras palavras, como é que uma regra fonética produtiva de um idioleto vem à tona? Pode ela resultar do intercurso com outros falantes? Eis a resposta de Paul:

O único modo como isso pode ser visualizado é que um indivíduo simultaneamente ficaria sob a influência de vários grupos de pessoas que se tornaram diferenciadas por diferente desenvolvimento fonético [isto é, diferentes regras fonéticas sincrônicas], e que ele aprenderia algumas palavras de um grupo, outras de outro. Mas isso pressupõe um relacionamento totalmente excepcional. Normalmente não existem diferenças [interdialetais] deste tipo numa comunidade comunicativa dentro da qual um indivíduo cresce e com a qual ele permanece em vínculos muito mais íntimos do que com o ambiente mais amplo. [...] Dentro do mesmo dialeto, portanto, não se desenvolvem inconsistências, somente em consequência de mistura dialetal, ou, como teremos ocasião de explicitar melhor, em consequência do empréstimo de uma palavra de um dialeto estranho. [...] Na formulação de leis sonoras [isto é, regras fonéticas sincrônicas]; não precisamos, é claro, contar com tais inconsistências (pp. 71-72).

O elo mais fraco deste argumento é a noção de "dialeto único", porque, como vimos, ela não tem nenhum suporte teórico no pensamento de Paul. De fato, Paul mostra alguma preocupação com essa fraqueza, pois promete considerar mais tarde "a extensão com que e as condições em que" o empréstimo lexical de outros dialetos acontece (p. 72). Na verdade, porém,

no capítulo sobre mistura de línguas, só uma breve seção é consagrada à interferência dialetal (pp. 402-403), e a questão das “condições” para o empréstimo de palavras nem sequer é levantada.

FONOLOGIA E AGRUPAMENTO DE IDIÓLETOS. Observamos acima a maneira como Paul deslizou de uma teoria da mudança linguística em geral para uma teoria da mudança sonora em particular. Podemos agora examinar o paradoxo que emerge como consequência deste não assinalado estreitamento da discussão. No que diz respeito à mudança linguística em geral, aprendemos que os idióletos são sujeitos a desenvolvimento aleatório. Na verdade, o intercurso pode causar alterações paralelas em idióletos de grupo, mas elas não precisam resultar e (como Paul sabia pela pesquisa dialetológica) de fato não resultam numa subdivisão hierarquicamente estruturada da comunidade (pp. 37-42). O idióleto A pode formar um agrupamento dialetal com o idióleto B com respeito ao Traço 1, um agrupamento com o idióleto C com respeito ao Traço 2. Para Paul, não há fim nem organização nestes princípios mutuamente interseccionantes porque (1) o linguista não conhece nenhuma base para uma hierarquia dos traços linguísticos, e (2) não tem nenhuma explicação para a difusão seletiva de traços idióletais (isto é, nenhuma escala de difusividade). Paul percebe que se há rupturas na rede de intercurso — especialmente rupturas absolutas causadas pela migração —, uma divisão dialetal emergirá: mas isso é completamente “externo” à língua, e podemos acrescentar que é, em todo caso, um fenômeno altamente incomum (ainda que na história das antigas línguas indo-europeias ele possa ter desempenhado um papel importante). Isso não se dá no caso da mudança sonora; aqui existe uma base *linguística* para agrupar dois idióletos num dialeto, a saber: o fato de compartilharem um conjunto (completo?) de regras fonéticas. Os idióletos A e B seriam atribuídos ao mesmo dialeto se compartilhassem as mesmas regras fonéticas, e uma palavra adotada por A de B estaria automaticamente sujeita ao mesmo tratamento fonético.

Pareceria, então, que se nosso objetivo fosse uma classificação das fonologias idióletais, a teoria de Paul nos ofereceria um razoável critério linguístico para tanto — ao menos para a classificação dos idióletos num só nível, uma classificação tudo-igual-ou-tudo-diferente. Mas se estamos buscando uma classificação não de fonologias idióletais, mas dos idióletos em sua inteireza, a teoria de Paul é inútil, porque não garante (e só poderia fazê-lo contrariamente à evidência factual) que a diferenciação não fonológica vai de mãos dadas com a diferenciação fonológica. Seria

perfeitamente natural, por exemplo, encontrar um conjunto de idióletos A, B e C tal que A e B compartilhassem fonologias enquanto diferissem conjuntamente em sua fonologia de C, mas A e B podem ter numerosas diferenças lexicais e gramaticais em pontos em que B concorda plenamente com C.

Paul escreve: “O verdadeiro fator característico na articulação dialetal de uma área continua são sempre as condições fonéticas”. A razão para isso, pensa ele, é que é na formação das condições fonéticas que tudo depende do intercurso pessoal direto. “No vocabulário e no significado das palavras, na morfologia e na sintaxe, a transmissão mediada não oferece dificuldade”. Em contraste, segundo Paul, a influência fonética (isto é, difusão de regras fonológicas) depende do intercurso íntimo e intenso. Assim, prossigue ele,

diferenças muito maiores se desenvolvem na fonética do que no vocabulário, na morfologia ou na sintaxe, e aquela dura mais uniformemente por longos períodos do que estes [...]. O menos típico de todos é o vocabulário e seu uso. Aqui as transmissões de um dialeto para outro ocorrem predominantemente [do mesmo modo] como de uma língua para outra. Aqui há mais diferenças individuais do que em qualquer outro domínio. Aqui pode também haver diferenças [por exemplo, no vocabulário profissional] que não têm nada que ver com diferenças dialetais e que se interseccionam com elas (p. 47).

Nesta passagem, topamos com a dificuldade conceitual de contar e pesar a inovação fonológica em oposição às demais. Não haverá, talvez, mais inovações lexicais simplesmente porque há mais palavras? E qual é a base teórica para desconsiderar diferenças dialetais altamente estáveis no vocabulário e na gramática? Dá para desconfiar que Paul está iludindo a si mesmo. A prioridade que ele estava dando aos critérios fonológicos da classificação idióletal se baseava, não na maneira empiricamente demonstrada de sua transmissão (para isso ele não tem nenhuma evidência), nem na estabilidade deles (para isso a evidência é bastante inconclusiva), mas simplesmente porque a fonologia, no sentido de um conjunto consistentemente aplicado de regras fonéticas, era o *único* domínio da língua que oferecia qualquer esperança de quantificar (= de impor a discrepância sobre) o *continuum* da comunidade de fala.

Basear as classificações motivadas do idióleto na fonologia pode ser um conselho do desespero; também pode ser justificado por argumentos

ulteriores, por exemplo, em relação ao primado da fonologia dentro da língua como um todo. Embora discordemos de ambos os procedimentos, consideramos que são propostas legítimas merecedoras de exame. O que torna ilegítima a abordagem de Paul, por outro lado, é seu uso de uma suposição teórica disfarçada de argumento factual — e, para piorar, num argumento factual que é incorreto.

SUMÁRIO. Vamos agora tentar resumir criticamente a posição de Paul nos pontos essenciais:

O único objeto teoricamente embasado do estudo linguístico é o idioleto, e dentro do idioleto, o único domínio em que a mudança é relacionada ao desempenho estável é a fonologia (por causa de sua natureza não discreta). O uso de um indivíduo é, em princípio, coerente, e se conforma à sua representação mental deste uso, exceto que os desempenhos fonéticos são aleatoriamente dispersos como em volta de um alvo. Um indivíduo pode, por etapas inconscientes infinitesimais, desviar a distribuição de seus desempenhos (fonéticos) à medida que busca padrões de comportamento mais cómodos. (Nenhuma explicação é oferecida para a lentidão com que se atinge o comportamento alegadamente mais "cômodo"; isto é, o enigma da implementação permanece sem solução e nem sequer é formulado.) Os dialetos são concebidos como grupos de idioletos (fonologicamente) idênticos; por conseguinte, a mudança dialetal consiste simplesmente em idioletos mudando em paralelo, e a divisão dialetal não é mais do que idioletos mudando divergentemente.

Um idioleto ou dialeto pode também mudar "tomando de empréstimo" formas de outros idioletos ou dialetos. Tal empréstimo é seletivo, mas não se oferece nenhuma explicação para as seleções particulares. A oportunidade de tomar empréstimos de outros idioletos depende da exposição a eles; contudo, tanto o empréstimo quanto o não empréstimo são atribuídos à conformidade — seja com os inovadores, seja com os conservadores.

1.2 A HERANÇA DOS NEOGRAMÁTICOS

Podemos dizer que os *Prinzipien* de Paul refletem as melhores realizações da linguística dos neogramáticos. Com seus antecessores e contemporâneos neogramáticos, Paul compartilhava as virtudes do máximo rigor de formula-

ção, um intenso interesse por regularidades recorrentes, a percepção da atipicalidade das línguas padrão dentro a totalidade das línguas, uma preocupação com o portmouço fonético, e um desejo de ver a língua no contexto de seu funcionamento a fim de compreender seu desenvolvimento, de "retratar o mais detalhadamente possível as condições da vida da língua [*Sprachleben*]" (p. 6). Escrito e revisado depois que a poeira em torno da controvérsia da lei sonora tinha baixado, o livro de Paul tem o mérito adicional de reconhecer o ponto de vista dialetológico sobre a mudança linguística. Não surpreende, portanto, que ele tenha se tornado enormemente influente, e embora acabasse por servir como alvo para a oposição antineogramática, funcionou como o texto básico para mais de uma geração de linguistas.

1.2.1 Saussure

O efeito revolucionário do pensamento de Saussure não fica diminuído se afirmarmos que, na questão da individualidade da língua, ele deve muito à doutrina dos neogramáticos. Para Saussure, a sistematicidade da língua (ver § 2.0) depende da existência, dentro do indivíduo, de uma faculdade de associação e de uma de coordenação (p. 29). As relações entre elementos de uma língua se localizam na consciência do falante. A seguinte citação é típica:

A sincronia só conhece uma perspectiva, a dos sujeitos falantes, e todo o seu método consiste em recolher o testemunho deles; para saber em que medida uma coisa é uma realidade, será necessário e suficiente investigar em que medida ela existe na consciência dos falantes (p. 128).

De fato, é a irrealidade psicológica das relações diacrônicas e dialetológicas que leva Saussure a atribuir os fenômenos históricos a um domínio de investigação totalmente diferente. O "fenômeno 'sincrônico'" escreve ele, "nada tem em comum com o diacrônico; um é uma relação entre elementos simultâneos, o outro, a substituição de um elemento por outro no tempo, um evento" (p. 129). Por conseguinte,

a linguística diacrônica estudará ao contrário [da sincrônica] as relações que vinculam termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva, e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si (p. 140, grifos nossos).

Para garantir a realidade psicológica do objeto da investigação sincrônica, Saussure exige a seguir que tal objeto seja homogêneo. O objeto da

linguística sincrônica, argumenta ele, não é tudo o que é simultâneo, mas somente aqueles fatos simultâneos que pertencem a uma mesma língua. A separação de objetos de estudo legítimos, isto é, homogêneos, tem de prosseguir “na medida em que for necessária [...] até os dialetos e os subdialetos” (p. 128). De fato, os linguistas são alertados de que não existem dialetos naturais — “há tantos dialetos quantos são os lugares” (p. 276). E Saussure acrescenta: “No fundo, o termo *sincronia* não é bastante preciso; ele deveria ser substituído pelo termo, um pouco longo, é verdade, *idiossincrônico*. Ao contrário, a linguística diacrônica não somente não necessita, mas rejeita semelhante especialização”.

Tem se enfatizado muito que, ao distinguir a fala [*parole*] da língua [*langue*], Saussure rompeu com o psicologismo característico do pensamento neogramático: ele via a língua como social e a fala como individual. Entretanto, observemos que Saussure nada tem a dizer de concreto sobre a comunidade como a matriz do desempenho da fala individual. Em particular, não há nada em sua teoria que pudesse acomodar uma língua heterogênea salvando-a ao mesmo tempo como um objeto legítimo da investigação sincrônica. “A língua [...] é de natureza homogênea” (p. 32). E Saussure ecoa Paul ao escrever: “Entre todos os indivíduos assim ligados pela linguagem se estabelecerá uma espécie de média: todos reproduzirão — não exatamente, decerto, mas aproximativamente — os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (p. 29). Aqui Saussure, claramente, vê a heterogeneidade dentro do uso linguístico de uma comunidade não como sujeita à descrição sistemática, mas como um tipo de tolerável imprecisão de desempenho. Sua visão, portanto, de novo está em plena conformidade com a de Paul, que dissera que a “grande uniformidade de todos os processos linguísticos nos mais diversos indivíduos é a base essencial para um conhecimento científico exato de tais processos” (Paul, p. 19). Não vemos nenhum indício de que Saussure tenha progredido para além de Paul em sua capacidade de lidar com a língua como fato social; para ele, a precondição para lidar com a língua como fenômeno social era ainda sua completa homogeneidade.

Ao abordar a causa da mudança sonora, Saussure rejeita todas as explicações que tinham sido propostas (pp. 202-208). Embora estivesse convencido de que todas as mudanças se originam na fala, ele entretanto não faz nenhuma sugestão sobre como distinguir, a não ser *a posteriori*, entre

inovações individuais que entram na língua e aquelas que não entram (pp. 138-139). Apesar de postular duas forças conflitantes — a do intercursos e a do parquialismo (*esprit de clocher*) — para descrever a imitação e a não imitação de um indivíduo, respectivamente, da fala de outros, o equilíbrio dessas forças permanece como uma explicação vazia, já que Saussure não pôde mostrar (pp. 284-285) que a prevalência de uma força sobre a outra covariava com qualquer outra coisa.

Hoje podemos concordar facilmente com o argumento de Saussure de que o antigo alto-alemão *gesti* (“convitados”) não coexistia na consciência de qualquer falante com a contraparte alemã moderna, *Gäste*, com o resultado de que esses itens jamais estiveram portanto linguisticamente opostos. O que está faltando em sua concepção, porém, é a possibilidade de um momento no tempo em que um *gesti* mais arcaico e uma variante mais inovadora, *gesti*, coexistiram nas mentes de alguns falantes bem reais da língua. De igual modo, quando Saussure alerta contra reunir dialetos espacialmente remotos sob a rubrica de uma mesma descrição sincrônica, podemos concordar facilmente, mas ele lamentavelmente omite da consideração o caso importantíssimo de dialetos *vizinhos*, cujos sistemas estão muito “na consciência” dos mesmos falantes²⁴. O erro de Saussure, nos parece, foi equiparar a justaposição de estágios remotos de uma língua com a justaposição de estágios em geral²⁵. É essa generalização injustificável que subjez na base de sua antinomia entre o estrutural e o histórico, uma antinomia que foi aceita pelos fundamentalistas da Escola de Genebra²⁶, mas que praticamente todos os demais linguistas vêm tentando ultrapassar.

1.2.2 A linguística descritiva bloomfieldiana

Nos trabalhos dos linguistas descritivistas americanos, encontramos um nível variável de interesse pela diversidade linguística dentro de uma

²⁴ Saussure deixou de considerar esta possibilidade, apesar de dedicar uma seção especial (pp. 265ss.) à “coexistência de vários dialetos no mesmo ponto [geográfico]” (onde mais, então, senão nas mentes dos mesmos falantes?) e outra às influências recíprocas dos dialetos coexistentes com línguas literárias (pp. 267ss.).

²⁵ Paul talvez tenha sido mais perspicaz ao afirmar que a descrição de processos com base numa comparação de estados da língua seria mais exitosa se os estados comparados estivessem o mais próximo possível uns dos outros (pp. 31-32).

²⁶ Compare-se Sedgwick 1940: 30ss.; Frei 1944.

comunidade de fala; o que vincula este grupo ao dos mestres neogramáticos é a falta de interesse pelo caráter sistemático da língua heterogênea de uma comunidade.

Bloomfield escreve:

Uma comunidade de fala é um grupo de pessoas que interagem por meio da fala. [...] Se observássemos bem de perto, descobriríamos que duas pessoas — ou, antes, talvez, nenhuma pessoa em diferentes épocas — jamais falam exatamente do mesmo modo. [...] Essas diferenças desempenham um papel muito importante na história das línguas; o linguista é forçado a considerá-las muito cuidadosamente, embora em alguma parte de seu trabalho ele seja forçado provisoriamente a ignorá-las. Ao fazer assim, ele está simplesmente empregando o método da abstração, um método essencial para a investigação científica, mas os resultados assim obtidos têm de ser corrigidos antes que possam ser usados na maioria dos trabalhos ulteriores (1933: 42-45).

Como um conjunto preliminar de diretrizes, esta declaração seria inquestionável; o que é importante, contudo, é que Bloomfield não faz nenhuma sugestão quanto ao modo como a “abstração” deve ser derivada da descrição dos usos individuais, ou como ela deve ser “corrigida”²⁷. Refletindo a ênfase de Saussure na *langue* como fenômeno social, Bloomfield reconhece que

estamos menos preocupados com cada indivíduo do que com a comunidade toda. Não investigamos os diminutos processos nervosos de uma pessoa que profere, digamos, a palavra *maçã*, mas nos contentamos de preferência em determinar que, no geral, para todos os membros da comunidade, a palavra *maçã* significa um certo tipo de fruta. [...] No entanto [ele admite imediatamente], tão logo tentamos lidar acuradamente com esta questão, descobrimos que a concordância da comunidade está longe de ser perfeita, e que cada pessoa usa formas faladas de um modo único (p. 75).

Escrevendo antes dos principais desenvolvimentos da fonêmica diacrônica, Bloomfield ainda não reagia à possibilidade de que o estado de uma língua pode em si mesmo funcionar como um determinante das mudanças dentro dela. Tal como Paul, portanto, ele lança todo o fardo da explicação da mudança sobre o mecanismo da imitação, por parte do indivíduo, dos hábitos de fala de seus companheiros. A direção da imi-

²⁷ Além disso, as mesmas perguntas levantadas pelo conceito de “média” de Paul poderiam ser feitas acerca da noção de abstração de Bloomfield.

tação, acredita Bloomfield, é inteiramente determinada pelo “prestígio” do modelo (p. 476). Embora hoje se saiba que isso é factualmente incorreto, trata-se ao menos de um passo à frente do inócuo equilíbrio e desequilíbrio de forças contrárias postulado por Paul e Saussure. Tal como Paul, Bloomfield distingue verdadeiras mudanças fonéticas e analógico-semânticas, que ocorrem na fala de indivíduos, da difusão de tais mudanças pelo mecanismo do empréstimo dialetal. “Os processos mesmos raramente se oferecem à nossa observação” (p. 481). “É inútil perguntar que pessoa ou conjunto de pessoas foram as primeiras a favorecer [certas] variantes. [...] No momento em que uma mudança sonora se torna observável, seu efeito já foi distribuído pelo efeito nivelador que opera dentro de cada comunidade” (pp. 480-481). A distinção entre a origem de uma mudança linguística e sua difusão, e o pessimismo quanto a observar as origens da mudança linguística moveram o pensamento bloomfieldiano acerca da mudança linguística numa direção antiempírica.

Um marco importante no isolamento da língua do indivíduo como o objeto legítimo da descrição linguística por excelência foi o “Set of Postulates for Phonemic Analysis” de Bloch, em que o termo *idioleto* foi introduzido pela primeira vez. (É difícil determinar, por ora, se seu recurso ao prefixo *idio-* ecoa o *idiosincrônico* de Saussure.) Bloch escreve:

A totalidade de sentenças possíveis de um falante num dado período ao usar uma língua para interagir com um outro falante é um *idioleto* [...] Quanto às palavras “num dado período”, sua interpretação pode variar seguramente dentro de amplos limites: podem significar “num momento particular” ou “num dia particular” ou “durante um ano particular” [...] A locução “com um outro falante” tem a intenção de excluir a possibilidade de que um idioleto possa abarcar mais do que um ESTILO de fala: é no mínimo improvável que um dado falante venha a usar dois ou mais estilos ao se dirigir à mesma pessoa [...] A análise fonológica de um dado idioleto não revela o sistema fonológico de nenhum idioleto pertencente a um dialeto diferente (1948: 7-9).

Vemos Bloch aqui executando o princípio atomístico de Paul e Saussure de reduzir a língua de uma comunidade à suas partes homogêneas básicas. Mas não podemos deixar de notar que até mesmo essa *reductio ad absurdum* se baseia numa suposição contrafactual de que um par de falantes sempre se atêm ao mesmo estilo. (Para provas em contrário, ver, por exemplo, Labov 1966: 90-135.)

A lógica da teoria neogramática, tal como herdada de Saussure e de Bloomfield, foi desenvolvida mais plenamente por alguns dos discípulos de Bloomfield. Retornaremos às análises deles mais abaixo (§ 2.1), depois de discutir o isolamento da estrutura como um fator no funcionamento da linguagem.

1.2.3 A prática dos gramáticos gerativistas

Embora a linguística gerativa até agora tenha abordado os problemas históricos apenas de modo marginal, há diversos pronunciamentos teóricos registrados, sugerindo que a concepção neogramático-descritivista de um sistema homogêneo como único objeto legítimo de análise foi adotada por esta escola de pensamento. Assim, Chomsky escreve:

A teoria linguística se ocupa de um falante-ouvinte ideal, numa comunidade de fala completamente homogênea, que conhece sua língua perfeitamente e não é afetado por condições gramaticais irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, alterações de atenção e interesse, e erros (aleatórios ou característicos) ao aplicar seu conhecimento da língua em desempenho real (1965: 3-4; grifos nossos).

A exigência da homogeneidade se torna central aqui: a competência linguística que é o objeto da análise linguística é a posse de um indivíduo; a teoria linguística se ocupa da comunidade somente na medida em que a comunidade é homogênea e na medida em que o informante individual é um perfeito representante dela. Procedimentos para ultrapassar a diversidade real observada no comportamento linguístico não são sugeridos, tanto quanto não são na obra de Paul ou Bloomfield; em harmonia com Saussure, porém mais explicitamente, Chomsky declara que tal diversidade é teoricamente irrelevante. Assim, ele tem toda razão ao dizer: “Esta me parece ter sido a posição dos fundadores da linguística geral moderna”; mas não podemos concordar com sua afirmação seguinte de que “não se tem oferecido nenhuma razão convincente para modificá-la”. Como mostraremos a seguir, encontramos razões convincentes para modificar essa posição nos fatos confirmados de que os desvios de um sistema homogêneo não são todos eles erros aleatórios de desempenho, mas são num alto grau codificados e parte de uma descrição realista da competência de um membro de uma comunidade de fala.

2 Problemas de mudança de estrutura

2.0 TIPOS DE TEORIA RELEVANTE

PARA PAUL, a teoria da língua (*Prinzipienwissenschaft*) era, ao menos oficialmente, coincidente com a teoria da mudança linguística. Depois do desenvolvimento da antinomia saussuriana entre o diacrônico e o sincrônico, porém, abriu-se espaço para dois corpos de princípios — teorias da mudança linguística e teorias da estrutura linguística. Os refinamentos alcançados na segunda área — é o que se percebe do nosso ponto de vista — tiveram inevitáveis e importantes implicações para a história da língua, mesmo onde a motivação original do avanço conceitual era outra que não histórica.

Em relação à mudança linguística, cada refinamento na teoria da estrutura linguística (e o mesmo se poderia dizer sobre os refinamentos na teoria das comunidades de fala) teve os seguintes efeitos potenciais:

- (a) uma reclassificação das mudanças observadas segundo novos princípios;
- (b) propostas de fatores condicionantes novos sobre a mudança; e
- (c) propostas de novas causas da mudança.

O efeito (a) é fácil de visualizar. Por exemplo, quando se introduziu uma separação entre traços distintivos e redundantes na análise fonológica, todas as mudanças sonoras puderam ser divididas conforme envolvessem ou não traços distintivos. De modo semelhante, a distinção entre dialetos prestigiados e desprestigiados suscitou uma nova classificação da inovação, dependendo de eles se moverem para cima ou para baixo na “escala” de prestígio. Na esteira da maioria das novas teorias linguísticas, encontramos de fato textos que expõem as implicações das novas ideias para a história. No entanto, ao oferecer meras reclassificações das mudanças previamente observadas ou observáveis,

este tipo de avanço é de interesse limitado para uma *teoria da mudança linguística* enquanto tal.

Muito mais significativa é a possibilidade de que um refinamento na teoria linguística ou sociolinguística possa permitir (b), a hipotéticação dos fatores condicionantes sobre a mudança. Assim, uma teoria bruta dos sons da fala não torna possível afirmar muita coisa sobre a configuração fonológica real das línguas, mas à medida que a teoria se torna mais refinada, a generalização possível acerca de como as línguas são constituídas se torna cada vez mais rica. Mesmo num espírito completamente indutivo, torna-se possível fazer generalizações estatísticas altamente específicas sobre línguas existentes; torna-se possível, na mesma linha, mostrar se uma dada mudança produz um estado de língua que viola as normas estatísticas ou, mais significativamente, se conforma a elas. Se as observações de línguas forem, ademais, amarradas numa estrutura teórica mais ampla, pode-se atribuir importância ainda maior a séries interconectadas de mudanças, e mais desafiadora e significativa se torna a busca pelas tendências de "otimização" na mudança linguística.

De máxima importância é (c), a proposta de novas causas da mudança, baseada numa teoria dos estados da língua tão firmemente estabelecida que uma mudança num estado de língua implica necessariamente outra mudança *ex hypothesi*, de modo que o evento *A* possa ser designado como causa da mudança *B*. Em sua versão mais forte, uma teoria da mudança identificaria *A* como a causa *suficiente de B*; numa versão mais fraca, o evento *A* apareceria pelo menos como a causa *necessária de B*. Só raramente é que a linguística histórica tem tido vislumbres de tais teorias causais, mesmo da versão mais fraca (causa necessária); mas com base nos progressos já registrados podemos ter esperanças de avanços ulteriores.

O equilíbrio de nossa discussão se organiza da seguinte maneira: neste capítulo, consideraremos as implicações para a mudança linguística da teoria estrutural que vê a língua como um sistema de relações positivas. Os problemas fonológicos aqui têm especial predominância, já que se trata de uma área em que as funções contrastivas e não contrastivas da mesma substância têm sido distinguidas com êxito considerável. Em seguida (§ 2.4) nos voltamos para as implicações históricas da análise fatorial que a teoria sincrônica tem apli-

cado aos sistemas linguísticos. A noção de traço distintivo na fonologia recebe aqui o grosso da nossa atenção. As teorias discutidas nas seções 2.1-4 representam importantes avanços sobre Paul, mas compartilham com ele e seus sucessores na linguística americana descritiva e gerativa a abordagem da língua como um objeto homogêneo, indiferenciado; os subistemas tais como são postulados dentro de uma língua são vistos como não concorrentes, mas conjuntamente necessários e complementares (fonologia, gramática, léxico). Na seção 3 nos voltamos para os trabalhos que rompem com o postulado da homogeneidade e operam com a língua enquanto sistema sistematicamente diferenciado.

2.1 FUNÇÃO CONTRASTIVA DOS FONEMAS

Como vimos acima, Paul, o neogramático, não tinha uma predileção particular pelo atomismo na linguística; observamos seu modo estruturado de pensar num *Sprachgefühl* ["sentimento da língua"] como um dispositivo gerativo. Foi Saussure, então, que veio a enfatizar a realidade psicológica de relações contrastivas numa língua e, portanto, se viu obrigado, a bem da coerência, a relegar as correspondências históricas a um outro domínio, o do psicologicamente irreal. Usando sua célebre analogia do jogo de xadrez, Saussure insistiu em dissociar as funções reciprocamente determinadas das peças (um fato sincrônico) das origens persas do jogo. (Sentimos falta, em seu programa, de uma investigação sobre as regras de xadrez mutantes.)

Logo depois que a ideia do contraste passou a ser aplicada ao estudo dos sistemas de sons, sobretudo em Praga, os linguistas descritivistas encontraram a ocasião para uma previsível reclassificação das mudanças observadas. As inferências exigidas foram traçadas primeiramente por Jakobson (1931), que mostrou como as mudanças sonoras podem ser agrupadas em fusões fonêmicas (desfonologização de variantes) e cisões fonêmicas (fonologização de variantes)²⁸. Uma aná-

²⁸ De novo cabe a Jakobson (1928) o crédito pela tentativa mais ousada de salvar as intuições de Kruszewski, ao proclamar sem rodeios aquilo que escapou à mente mais neogramática de Bloomfield — que as únicas leis sonoras que operam sem exceção numa dada língua são de fato as leis que governam as distribuições de variantes contextuais de um fonema num sistema sincrônico.

lise muito semelhante foi oferecida, de modo independente, nos Estados Unidos por Hill (1936)²⁹.

Segundo nosso esquema, essas classificações em si mesmas constituem somente o nível mais baixo das consequências históricas de uma nova teoria linguística. Mas antes de examinarmos suas capacidades explicativas, observemos que elas também levam a dificuldades formais. A aplicação direta da quantificação fonêmica ao *continuum* da mudança linguística logo trouxe à tona um enigma dialetal: como é que as mudanças graduais, não distintivas, repentinamente saltam para dentro de uma nova categoria distintiva? Considere-se a explicação eloquentemente desconcertante de Hockett:

A mudança sonora em si é constante e lenta. Uma reestruturação fonêmica, por outro lado, tem de ser, em certo sentido, absolutamente repentina. Não importa quão gradual foi a aproximação no inglês médio do /é/ e do /s/ na direção um do outro, não podemos imaginar a real coalescência dos dois sons como um evento repentino: em tal e tal dia, para tal e tal falante ou pequeno grupo de falantes, os dois se fundiram em /z/ e todo o sistema de núcleos acentuados, para o(s) idioleto(s) particular(es), foi reestruturado. Ainda assim, não há razão para acreditar que seríamos capazes de detectar esse tipo de evento repentino pela observação direta [...] (1958: 456-457).

Refletida na análise de Hockett está a síntese das posições neogramática e saussuriana de que a língua do idioleto serve como o *locus* dos fatos estruturais, isto é, linguisticamente relevantes, e legítimos. Mas o claro resultado dessa síntese consistente é que uma teoria da mudança linguística fica quase inteiramente destruída de fundamentos empíricos. É difícil aceitar uma explicação por meio de fenômenos que são, não apenas inobservados, mas inobserváveis.

²⁹ O próprio Bloomfield em 1933 ainda não tinha assimilado bem sua perspectiva pré-fonêmica sobre a história da língua à sua abordagem fonêmica mais tardiamente adquirida para a descrição. Assim, nas seções 20.1-10 de seu capítulo sobre mudança fonética, a questão da distintividade nem sequer emerge; a apresentação segue bem de perto as linhas de Paul. Somente na última seção (20.11), que adere à doutrina de Paul sobre o contato íntimo como uma condição para o empréstimo das distribuições de variantes sonoras (isto é, regras fonéticas), é que Bloomfield rotula as variantes sonoras de "não distintivas" ou "subfonêmicas". A formulação chave estruturalista, aliás, parece mais forte do que lhe é permitido: "Podemos falar de mudança sonora somente quando o deslocamento do hébito levou a alguma alteração na estrutura da língua" (p. 367). Admitindo-se que as mudanças que alteram a estrutura são mais importantes por algum critério descritivo, por que elas deveriam ser postuladas como as únicas?

Já discutimos em outras ocasiões as consequências da alegação de que as mudanças sonoras em progresso não podem ser observadas (Weinreich 1960; Labov 1963, 1965). Em nossa opinião, esse dilema autopunitivo procede de uma distinção insustentável entre a origem de uma mudança e a propagação da mudança, distinção que Saussure e Bloomfield adotaram de Paul³⁰. Fica evidente que o problema da transição não pode ser resolvido, a menos que sejam estudados estágios intervenientes na propagação de uma mudança. Na citação acima, Hockett se concentra no problema da observação: a inobservabilidade da mudança fonética infinitesimal é acoplada à inobservabilidade da mudança estrutural instantânea.

Para os estudiosos que se sentem pouco à vontade com tal abordagem, diversas soluções alternativas vêm à mente. Uma é negar que a mudança ocorra dentro de um sistema e afirmar, ao contrário, que o sistema (por exemplo, o dialeto) tomou emprestado o novo fenômeno de outro dialeto (por exemplo, Hoenigswald 1960: 72-73). Se tal formulação ainda contém os riscos de um mistério conceitual (por exemplo, em que momento preciso o empréstimo de um fenômeno novo se torna "total"?), ela pode ser ulteriormente revisada para dar conta de dois dialetos coexistentes — um com a oposição em questão, o outro sem (cf. Bloomfield 1933: 328) — e de falantes que flutuam entre dois estilos de fala, favorecendo o dialeto "coalescente" em medida crescente³¹. ReconSIDERAMOS essa possibilidade na seção 3.1 como uma abordagem a uma visão mais adequada da estrutura linguística.

Outra solução é afirmar que existe variação contínua dentro de cada dialeto como um elemento estrutural, correlacionado com algum outro fator linguístico ou extralinguístico, e que o movimento constante de itens de uma classe categorial para outra é parte da estrutura subjacente (Labov 1966). Assim, a mudança ocorreria normalmente como uma variável de uma posição *dentro* de um dado fonema, para uma posição *através* das fronteiras do fonema, para uma posição *dentro* de um segundo fonema, e tal variável seria estritamente definida por covariação com outros aspectos. (Ver § 3.31 abaixo.)

³⁰ Discutimos anteriormente o lugar desta distinção no pensamento de Paul. A distinção foi adotada por Saussure praticamente intacta (*Cours*, p. 283).

³¹ Weinreich (1960: 332). Reformulações correspondentes poderiam ser elaboradas para cobrir a disjunção fonêmica.

Um segundo problema que emergiu da enxertia da teoria fonêmica na teoria neogramática da mudança sonora foi a tentativa de identificar a nova distinção analítica, subfonêmico/fonêmico, com as distinções históricas (reciprocamente coextensivas) infinitesimal/discreto, flutuante/estável, irregular/regular e inconsciente/consciente. Bloomfield, por exemplo (1933: 365ss.), acreditava que as mudanças não distintivas são observáveis apenas para o foneticista que tem à sua disposição "uma enorme massa de registros mecânicos, percorrendo várias gerações de falantes". Mas a identificação das dicotomias levanta, pelo menos, duas dificuldades teóricas:

(a) Admitindo (por ora) que as mudanças não distintivas não são observadas pelos usuários leigos da língua, por que o linguista tem de ter necessariamente "uma enorme massa de registros mecânicos" para determinar, digamos, que subgrupos de uma comunidade de fala diferem consistentemente no uso de alofones como [x] versus [h] ou [r] versus [R]? Em outras palavras, que razões dedutivas existem para acreditar que a variação não distintiva é necessariamente inconsistente ou infinitesimal, de modo que medidas fonéticas de enormes massas de registros são exigidas para sua detecção?³²

(b) Se a explicação das mudanças na estrutura fonêmica repousa na distinção entre comportamento fonético contínuo e fonemas descontínuos, como poderemos delinear uma teoria unificada que também abarque a gramática, onde os elementos não distintivos (morfes) não são contínuos?³³

Mas, a despeito de podermos ou não eliminar tais dificuldades teóricas, somos obrigados a levar em conta evidências empíricas que

³² As mesmas objeções poderiam ter sido feitas contra Paul. A variação não distintiva, de fato, foi observada por Labov (1963, 1966) por meio de amostragens nada "enormes". Alguns estudiosos, aliás, têm sido muito mais cautelosos do que Bloomfield e Hockett. Lehmann, por exemplo (1962: 148), não sustenta que as mudanças subfonêmicas são inobserváveis, apenas que elas não são levadas em conta por redatores que descrevem sua língua em termos fonêmicos. É por esta razão muito melhor formulada que os linguistas têm pouca informação sobre mudanças não distintivas no passado; e não há nada na visão de Lehmann que nos desencoraje de observar foneticamente mudanças não distintivas em progresso.

³³ Entende-se por que Hoenigswald (1960), trabalhando numa teoria geral da mudança linguística, fala do "alegado" caráter gradual da alteração fonética; para unificar a concepção de mudança morfológica e fonológica, ele explica até mesmo esta última recorrendo ao "empréstimo dialetal" — um processo discreto por definição.

desautorizam a identificação do analiticamente distintivo com o historicamente discreto e o psicologicamente consciente. Assim, a substituição amplamente subfonêmica do *r* lingual pelo uvular em várias línguas europeias deve ter ocorrido por etapas discretas (Hoenigswald 1960: 73); além do mais, a distribuição das duas variantes não é, de modo algum, a distribuição instável que sua não distintividade implicaria. Quanto à consciência, descobrimos que os falantes em diversas partes dos Estados Unidos são extremamente sensíveis às variantes subfonêmicas de /θ/ e /ð/, e rapidamente estigmatizam o uso não padrão dos outros. De igual modo, o alçamento subfonêmico das vogais de *off*, *lost* em Nova York é uma questão de extrema sensibilidade e um alvo de comentário muito explícito e de correção em estilos formais. Por outro lado, a mudança radical no repertório de fonemas que resultou deste processo — a perda de distinção entre *sure-shore*, *lure-lore* — é bastante despercebida e não parece evocar qualquer avaliação social (Labov 1965, 1966). Quando vemos uma ausência comparável de consciência social da coalescência de fonemas ilustrada pela fusão maciça de *col-caught*, *hock-hawk* em extensas áreas dos Estados Unidos, somos forçados a concluir que não existe correlação entre percepção social e *status* estrutural.

Uma séria debilidade nos fundamentos empíricos das várias teorias da mudança linguística consideradas aqui deriva de sua confiança automática na função cognitiva como o determinante primeiro do comportamento linguístico. A suposição de que a percepção era determinada somente por unidades contrastivas (distinguidoras de morfes) nunca se baseou num fundamento fonético empírico, mas sim num vasto número de observações não controladas (aleatórias) de casos em que a percepção coincidia com categorias fonêmicas. Um volume crescente de evidências obtidas em estudos sociolinguísticos controlados indica que a percepção de fato é controlada pela estrutura linguística; mas é uma estrutura que inclui não só unidades definidas por função contrastiva, mas também unidades definidas por seu papel estilístico e por seu poder de identificar o pertencimento do falante a um subgrupo específico da comunidade (Hymes 1962; Labov 1966).

Vamos ver a seguir que possibilidades explicativas foram encontradas pelos linguistas históricos na função contrastiva dos fonemas, possibilidades capazes de contribuir para a solução do problema da avaliação. Esta função deixou claro, por um lado, por que os fonemas devem ser

apresentados o mais distanciados possível um do outro (de Groot 1931), e isso por sua vez sugeriu por que um fonema mutante deveria "repeir" seus vizinhos no sistema para que as fusões sejam impedidas (Hill 1936). Nesta questão, Paul argumentou o contrário:

Em nenhum lugar se faz qualquer esforço para impedir uma mudança fonética. Pois aqueles envolvidos nem sequer têm consciência de que há algo a ser impedido; afinal, eles prosseguem em sua fé de que falam hoje como falavam anos atrás, e de que falarão do mesmo modo até o fim de seus dias (p. 58).

Na medida em que Paul estava duvidando da probabilidade de alguma pessoa poder mudar uma regra fonética sincrônica, é possível acompanhá-lo; mas, evidentemente, em seu esquema conceitual a afirmação se aplicava automaticamente também aos processos históricos, e ao fazer isso ela se tornava demasiado radical. Outros observadores estavam começando a ver as coisas de modo diferente. Gillieron interpretou a colisão dos homônimos como um fenômeno disfuncional para o qual os usuários da língua dispunham de corretivos "terapêuticos". Martinet³⁴ integrou as opiniões de outros precursores com um funcionalismo sistêmico na fonética e ampliou o conceito de patologia-terapia: de palavras individuais para conjuntos inteiros de palavras distinguidas por uma oposição fonêmica particular. Nossos predecessores do século XIX teriam ficado horrorizados com esta maneira teleológica de pensar; o postulado de Martinet sobre a aversão "proflática" às fusões fonêmicas pareceu mais plausível aos linguistas estruturais, uma vez que ele utilizou o conceito da função morfodistintiva do fonema em vez dos esforços conscientes dos falantes de evitar mal-entendidos (1955: 41-44).

Apesar de toda a disfuncionalidade das colisões de homônimos e das fusões em massa de palavras, a coalescência de fonemas é fartamente atestada na história das línguas. Para impedir que o mecanismo da preservação de contraste explicasse demais, Martinet adaptou o conceito de Mathesius (1931) de "rendimento funcional" como um tipo de contrastividade variável (1955: 54-59). Esperava-se que a teoria permitisse então que as oposições de baixo rendimento funcional entrassem em colapso e explicasse ao mesmo tempo a preservação das oposições de alto rendimento.

³⁴ Para simplificar, baseamos nossas referências ao trabalho de Martinet em seu livro-síntese de 1955.

Martinet, portanto, lançou uma explicação convincente para o fato de ocorrerem tantas mudanças em grupos ou seqüências — um fato que fascinou todos os linguistas, de Rask e Grimm em diante, mas que foi deixado de lado pelos melhores deles devido a uma profunda desconfiança quanto às "abstrações" ou ao misticismo na história. Martinet, ademais, resolveu uma grande parte do enigma das mudanças sonoras "não condicionadas": o princípio do contexto sintagmático encontrava agora uma contraparte paradigmática, e a "comodidade" sintagmática (em termos de Paul) podia agora ser acoplada a uma noção totalmente plausível de "comodidade paradigmática" (Martinet 1955: 59-62).

Mas seria uma infelicidade se as realizações de Martinet fossem aceitas como definidoras do arcabouço geral da explicação para a mudança linguística. O trabalho de Moulton (1961, 1962) e alguns achados de Labov (1966) forneceram fundamentos empíricos para várias das conclusões de Martinet, os quais fortalecem as evidências menos detalhadas dadas pelo próprio Martinet e por seus discípulos. Mas, mesmo dentro do arcabouço de Martinet, existe a necessidade de análise detalhada para tornar conceitos importantes mais precisos e confiáveis. Assim, o conceito de rendimento funcional carece de uma grande dose de refinamento. Existem poucos estudos quantitativos em torno dele, e estes sofrem de uma concepção um tanto estreita do quadro em que contrastes importantes para a comunicação devem ser mantidos. Assumem uma abordagem um tanto simplificada da língua ao calcularem o rendimento de oposições entre pares mínimos pronunciados como itens lexicais isolados. Outros estudos do rendimento funcional erraram também ao estabelecer um quadro contextual demasiado estreito (elemento seguinte e anterior), tornando impossível lidar com fenômenos tais como "rupturas", harmonia vocálica, metáfora [umlaut] ou "r pré-consonântico". Temos todos os motivos para supor que probabilidades transicionais entre fonemas e que o contexto sintático (para não falar do situacional) fornecem vastas quantidades de redundâncias capazes de diminuir de modo variado o valor de um contraste, e cremos que medidas mais complexas da carga funcional terão de ser elaboradas e avaliadas antes que esta noção altamente atrativa seja abandonada.³⁵

³⁵ Ver Hockett (1966) e Wang (1967) para abordagens críticas deste problema. King (1965) explora o papel do rendimento funcional empiricamente com resultados negativos, mas seus ambientes estão infelizmente limitados aos segmentos imediatamente precedentes e subsequentes, como discutido acima.

Ferguson (1959) sugeriu que a estrutura gramatical do membro inferior do par de línguas na relação de "diglossia", isto é, a variedade linguística usada em situações menos formais, mostrará regularmente menos distinções. No tocante à fonologia, ele indica que o sistema de *status* mais baixo é o básico, enquanto o sistema de *status* mais alto é mais bem entendido como um sub- ou parassistema do mais baixo. Hoje já temos evidências empíricas para mostrar que, numa comunidade de fala, a fonologia mais altamente sistemática, a que exhibe mais claramente os processos de evolução linguística, é aquela usada na fala casual com o mínimo de distinções e o máximo suporte contextual. No sistema amplo e *ingliding* de vogais da fala sem-*r* da cidade de Nova York, é possível encontrar exemplos que sustentam uma série de contrastes com sete membros — na fala mais formal. Assim, temos:

beard /ih/		moored /uh/
bared /eh/	stirred /ah/	
bad /æh/	barred /ah/	bored /oh/

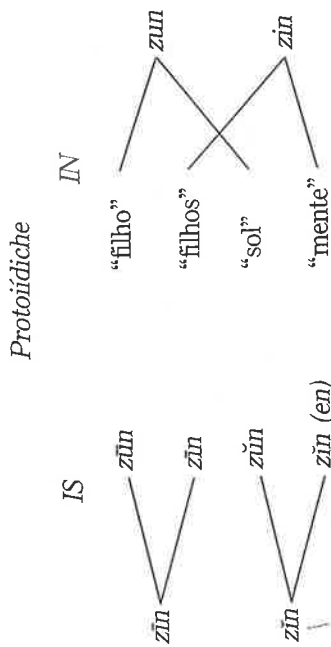
mas as formas que sustentam este sistema são produzidas de uma maneira muito irregular e precária. Por outro lado, a fala mais espontânea (entre os falantes da classe média baixa) produzirá um sistema muito regular da seguinte forma:

bear, bared, bad /ih/	moored, bored /uh/
stirred /ah/	
barred /ah/	

e este sistema é o produto de um processo regular e racional de evolução linguística (Labov 1966: 559-565). Aparentemente, existem forças motivadoras na mudança linguística que podem passar por cima de qualquer tendência de preservar distinções cognitivas.

As consequências destas descobertas devem ser incorporadas ao conceito do rendimento funcional e a uma explicação da preservação de contraste na mudança linguística sequenciada.

Outro exemplo: o ancestral dos dialetos iídiches da Europa central e oriental distinguia vogais altas posteriores e altas anteriores longas e breves: $\bar{u}, \bar{u}, i, \bar{i}$. No iídiche do sul (IS), a série posterior foi anteriorizada para se fundir com as vogais anteriores; no iídiche do nordeste (IN) as vogais longas se fundiram com as breves correspondentes. Temos, assim:



Ora, teria sido possível argumentar (de um modo reconhecidamente circular) que o rendimento funcional permitiu cada uma das fusões duplas, mas não uma fusão quádrupla (Weinreich 1958). Mesmo esta "explicação" circular, porém, fica agora invalidada por novas evidências empíricas. A pesquisa mais recente (Herzog 1965: 211ss., 1968) revelou duas áreas em que todas as vogais se fundiram num *i* uniforme (ver Figura 1): uma no norte-centro da Polônia, a outra no norte da Ucrânia. Revelou-se, além disso, que na região em torno da segunda área uma mudança * \bar{e} -*i* está em distribuição geográfica complementar com o total colapso dos *u* e dos *i*. Pareceria que mais uma quinta fonte de vogais *i* (produzindo, por exemplo, mais hominímia com *zīn* "ver" < * $\bar{z}\bar{e}n$) teria sido demais. Na teoria do rendimento funcional tal como formulada até agora, não encontramos base para predizer que a fusão vista no iídiche do norte da Polônia era possível, ou que a fusão do iídiche ucraniano era possível somente na condição de que * \bar{e} -*i* não ocorresse também.

O *Atlas Iídiche*, elaborado no início para lidar com problemas desse tipo, está revelando grandes quantidades de material relevante na fonologia tanto quanto na gramática e na semântica lexical.

Vale a pena observar também que a teoria da prevenção de hominímia pouco contribui para a solução do "enigma da implementação". É perfeitamente justificável, é claro, deixar espaço para "mais pesquisa", e cabe esperar que em alguns casos (privilegiados) o estudo profundo dos estados de língua explique não só por que uma mudança ocorre em dado momento numa certa direção, mas também por que ela não ocorreu mais cedo. Martinet decerto tem razão ao dizer (1955: 62) que um linguista não deve ser desviado de sua investigação das causas pela complexidade dos problemas; mas não há provas de que uma teoria baseada no rendimento

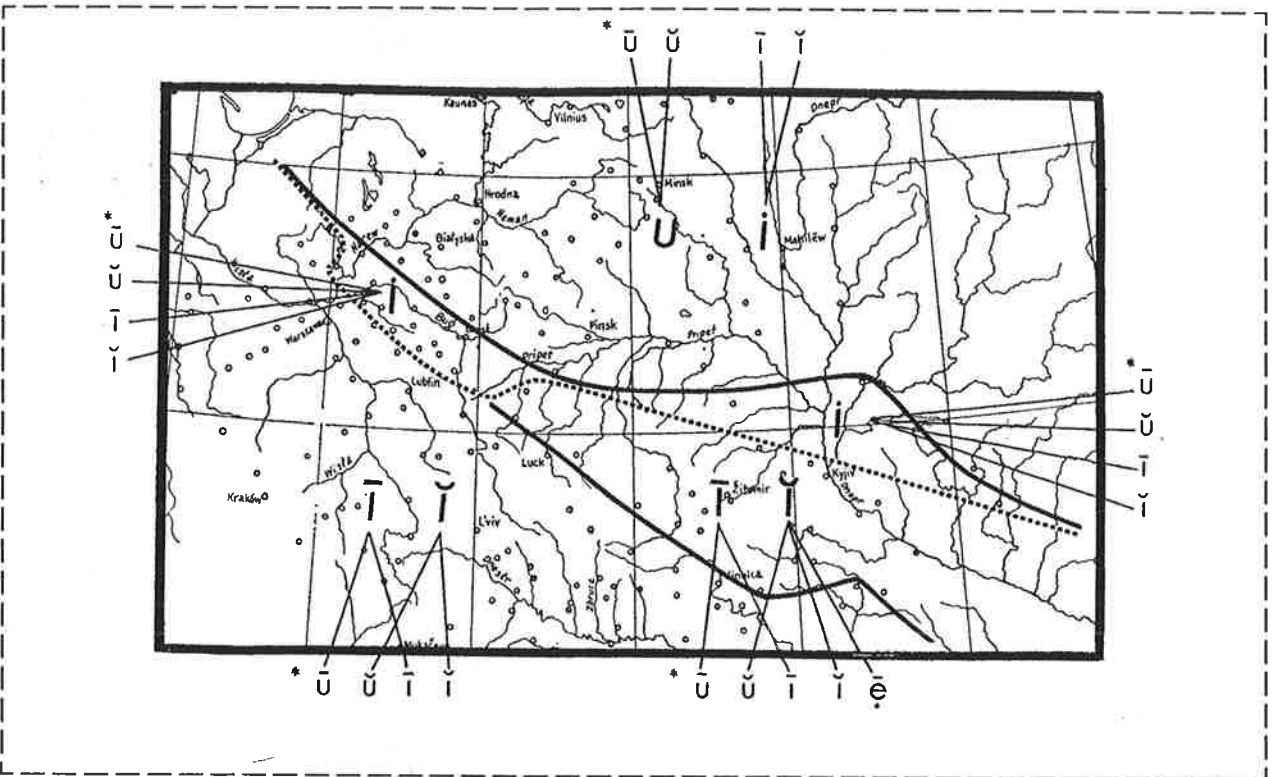


FIGURA 1. INTERSEÇÃO DE /U ~ I/ E ISOGLOSSAS DE PERDA DE QUANTIDADE NO IÍDICHE DO NORTE DA POLÔNIA

funcional de contrastes cognitivos possa oferecer a aparelhagem para avaliar a total complexidade das relações causais dentro da estrutura fonológica. Observamos que o mecanismo de regras ordenadas desenvolvido dentro de um arcabouço gerativo, que não é dependente de um conjunto de unidades contrastantes em nenhum nível inferior ao nível lexical, oferece um campo rico para investigar estas relações fundamentalmente assentadas entre fenômenos superficialmente desconectados. Mas nos parece improvável que o problema da implementação se renda prontamente às investigações estruturais, e esperamos que a contribuição destas se confine à tarefa de expor limitações e de elucidar — em parte — o mecanismo da mudança linguística. Soluções para o problema da implementação têm de ser esperadas de outras direções.

2.2 ESTRUTURA GRAMATICAL

Revisões da teoria gramatical analítica têm levado, como era de esperar, a uma reclassificação de eventos históricos registrados. Tomando como exemplo o sistema de análise gramatical pós-Paul mais bem definido — a morfêmica bloomfieldiana —, encontramos as consequências históricas das distinções ético/ênico desenvolvidas sistematicamente por Hoenigswald (1960). Podemos esperar extensões semelhantes da gramática gerativa à descrição de eventos históricos. Entre as investigações que visam à explicação mais do que à simples descrição, podemos citar pelo menos duas linhas de trabalho teórico. A primeira se vincula à formação dos universais gramaticais; a segunda, ao estudo dos padrões produtivos conflitantes.

Subjazendo à busca dos universais, se encontra a opinião de Humboldt de que as línguas do mundo, em toda a sua variedade morfológica, são configuradas para atingir os mesmos objetivos sintáticos. Este raciocínio dá o fundamento teórico para achados tais como o de que a perda de sistemas de caso em antigas línguas indo-europeias tem sido compensada pelo desenvolvimento de uma ordem de palavras mais estrita e por sistemas preposicionais.

Uma lista de universais gramaticais notavelmente rica foi proposta por Greenberg (1963b); eles têm a ver sobretudo com a ordem das palavras. Recentemente (1966), ele se voltou para o exame das implicações diacrônicas desses universais, com resultados promissores.

Além disso, deu um grande passo adiante ao testar certos universais sincrônicos que não passam no teste da aplicação sincrônica absoluta, examinando o papel deles como determinantes dos rumos da mudança. Por exemplo, investigou a tese de que categorias semanticamente não marcadas (nominativas) tenderão a ser morfologicamente marcadas, e categorias semanticamente marcadas, morfologicamente marcadas. Embora existam óbvios contraexemplos nas declinações nominais eslavas, a revisão de Greenberg dos desenvolvimentos históricos do tcheco mostra que todas as mudanças que ocorreram nos últimos séculos foram na direção prevista por aquela regra. Dois importantes modos de investigação vêm indicados no trabalho de Greenberg: (1) o esclarecimento, por meios empíricos, da alegação abstrata de que os sistemas sincrônicos têm tendências "dinâmicas" (ver Matthesius 1911), e (2) o uso de métodos quantitativos para substituir as evidências assistemáticas e o argumento persuasivo. Embora Greenberg não tenha apresentado nenhuma teoria geral da estrutura linguística ou da mudança linguística, seu trabalho assim mesmo é extremamente importante para a fundamentação empírica de uma tal teoria.

Nos sentimos encorajados por Greenberg em seu uso de métodos quantitativos e sua habilidade em isolar importantes tendências na estrutura. Ao mesmo tempo, é preciso admitir que Greenberg está necessariamente confinado à estrutura superficial no nível mais baixo de confiabilidade que é comum às descrições das línguas disponíveis a ele. Argumenta-se às vezes que é preciso ter uma teoria linguística abrangente, ou uma teoria da mudança linguística como um todo, antes que se possa começar a investigar a língua ou a mudança linguística seriamente. Quem se filiasse a tal doutrina teria de ser muito crítico dos habilidosos procedimentos de Greenberg. Mas é possível argumentar que algumas das contribuições mais duradouras à linguística têm sido na forma de explicações parciais de áreas limitadas da linguagem, ao passo que as teorias abrangentes que tentaram dar conta de tudo não exibiram a mesma longevidade. Podemos perguntar, em contrapartida, se alguma teoria abrangente pode ser erigida neste momento sem a rigidez que rejeita dados novos e métodos novos. Para o historiador, um conjunto de universais validados se torna um fator condicionante sobre possíveis mudanças numa língua. Contudo, é preciso admitir que até agora os universais grama-

taicais têm fornecido à língua uma compridíssima amarra histórica que, observa-se, só muito raramente fica toda esticada; ou seja, os universais, especialmente os projetados por Chomsky, são tão amplos que é improvável que encontremos casos de línguas em mutação que se aproximem de uma possível "violação". Mas, é claro, este tipo de investigação linguística está apenas na infância, e as possibilidades futuras são quase inimagináveis.

A segunda linha de trabalho acima referida deriva de um desejo de escapar das vacuidades da doutrina neogramática da analogia. No domínio da alternância morfofonêmica irregular, Paul e seus contemporâneos observaram muita mudança imprevisível, que eles classificaram como "analgica". Mas, como os críticos do neogramaticismo não tardaram a apontar, a "analogia", como um alternativa às leis fonéticas desprovidas de exceções, não só era em si mesma uma explicação *ad hoc* como também convertia a própria lei fonética num conceito *ad hoc*. (É divertido e instrutivo ver Osthoff, no mesmo volume cujo prefácio se tornou o manifesto dos neogramáticos, "explicar" algumas mudanças nos numerais gregos com os apelos mais extravagantes e arbitrários à analogia.) Paul estava bem consciente de que "uma vez que um item pode, por virtude de sua forma, pertencer a várias classes, é possível derivar os itens associados remanescentes a partir dele segundo diferentes proporções" (p. 114). Dos vários desenvolvimentos possíveis, concluiu Paul portanto, um item segue aquela proporção que tem o maior "poder" (*Macht*). Mas como ele não sugeriu nenhum critério para testar independentemente o "poder" de uma proporção, o argumento fica completamente circular: a causa, em si mesma não motivada, pode ser conhecida somente através de seus efeitos. Bloomfield, apesar do benefício de décadas de pesquisa adicional, em seu exame da mudança analógica não conseguiu relatar nenhum progresso para além de Paul.

Tentativas mais recentes de sistematizar a experiência dos linguistas com a analogia foram feitas depois da II Guerra Mundial por Kuryłowicz (1949) e MaDczak (1958); elas foram adequadamente resenhadas por Lehmann (1962: 188-192). As regras gerais formuladas por estes estudiosos, com um volume considerável de evidências documentadas, oferecem novos esquemas onde, anteriormente, em geral, só havia desordem.

Outra saída para o vale-tudo da analogia foi buscada por Frei (1929) e Bally (por exemplo, 1944). Na sistematização dos erros cometidos contra a gramática normativa do francês, os estudiosos de Genebra procuraram indícios de aspectos disfuncionais no sistema contra o qual as ondas da mudança tinham começado a bater. Este material seria particularmente digno de reconsideração se pudesse ser estendido para cobrir uma variedade de dialetos em uso real por uma dada população.

2.3 ARGUMENTOS RELATIVOS A TENDÊNCIAS DE LONGO PRAZO

Vimos que um dado histórico particular muda de *status* quando é visto dentro do arcabouço de teorias linguísticas diferentes. Assim, a anteriorização do *u* (como na metafonia do alemão) constitui uma mudança significativa tão logo ocorre — numa teoria sem um fundamento fonêmico. De um ponto de vista fonêmico, esta anteriorização tem sua importância sobrepujada pela perda da condição contextual (vogais altas anteriores na sílaba seguinte). Os exemplos poderiam ser multiplicados e ramificados à vontade.

Um determinado dado também pode adquirir nova significação se for visto, não através de uma diferente teoria da estrutura linguística, mas como parte de uma diferente tendência de longo prazo. Como escreveu Meillet:

As mudanças linguísticas ganham significado apenas se se considera o todo do desenvolvimento de que elas são parte; a mesma mudança tem uma importância absolutamente diferente, dependendo do processo que ela manifesta, e nunca é legítimo tentar explicar um detalhe fora de uma consideração do sistema geral da língua em que ele aparece (1906a: 11).

O conceito de *deriva* [*drift*] confere à história da língua uma “trama” significativa que desempenha bem o mesmo papel de uma tendência introduzida por um historiador ao recontar uma sequência de eventos sociopolíticos. Considerada por si mesma, por exemplo, a flutuação entre *who* e *whom* objetivos em início de sentença no inglês é só mais um caso de alternância alomórfica: vista, porém, como Sapir a viu (1921), como um conflito entre duas tendências — movimento dos interrogativos para a posição inicial *versus* ordem de palavras especializada para os vários

sintagmas nominais de uma sentença —, esta flutuação é convertida no último ato de um longo drama e lhe confere enorme suspense.

Em geral, as tendências de longo prazo têm sido formuladas para uma língua ou grupo de línguas a cada vez. Um exemplo de uma explanação deste tipo ricamente documentada é o artigo de Malkiel (1957-1958), “Diachronic Hypercharacterization in Romance”, em que ele mostra que entidades polissemicas se dividiram repetidamente em pares de signos com significantes separados (p. ex., latim: *leo*, “leão/leoa”, em francês: *lion/lionne*). Malkiel parece estar com a razão ao concluir que o estudo de uma tendência como a hipercharacterização “confere rico significado a processos que, vistos isoladamente, têm sido tradicionalmente descartados como desimportantes” (p. 36), e que não há nada incompatível entre a documentação de uma tal tendência e quaisquer princípios consagrados de teoria linguística. Em bases semelhantes, podemos apreciar o trabalho de Zirmunskij sobre tendências de longo prazo no alemão e no germânico (1958). Cabe perguntar, porém, se as tendências assim estudadas não ganhariam em importância teórica se fossem deduzidas de alguma “agenda”, independentemente motivada, de tendências possíveis, em vez de detectadas separadamente para cada grupo de línguas cujos dados calharam parar nas mãos de um determinado historiador (por mais inspirado que seja). Quer dizer, apesar do valor sistematizante destas tendências de longo prazo estudadas dentro de seus campos separados, tem-se a sensação de que elas permanecerão marginais a uma teoria linguística abrangente a menos que possamos formular um melhor sistema de tendências.

2.4 TRAÇOS DISTINTIVOS E MUDANÇA FONOLÓGICA

A imposição de uma concepção puramente funcional do fonema à história da mudança sonora frequentemente levou a estranhos resultados: uma mudança radical como

t	d	>	d	ð
θ			h	

não se qualifica como uma mudança linguística porque o repertório de fonemas (isto é, a “estrutura”) não tinha sido afetado; depois da mudan-

ça, ainda havia três fonemas, numa correspondência um a um com os três de antes da mudança (cf. Hill 1936: 15; Hockett 1958: 380). Esta visão puramente funcional sustentava que a realização fonética das unidades contrastivas era irrelevante para a estrutura; e com isso observava o caráter estrutural das mudanças sonoras de longa escala mais sistemáticas. A dificuldade pode ser evitada, porém, se em vez disso seguirmos a tradição de Praga de entender o fonema não só em termos de sua função morfodistintiva, mas também em termos de sua *estrutura* de traços distintivos (Weinreich 1960: 330).

Aplicado à história das línguas, o entendimento estrutural dos fonemas novamente teve, como sua primeira consequência, uma reclassificação de certas mudanças. No artigo já referido, Jakobson (1931) formulou um terceiro tipo de mudança além da fusão de fonema e da cisão de fonema — a reinterpretção de fonemas (refonologização). Ficou possível mostrar como uma oposição permanecia invariante enquanto os meios de sua implementação mudavam: por exemplo, a passagem das aspiradas e não aspiradas indo-europeias para um par correspondente de séries de consoantes sonoras e surdas. A simples formulação de uma mudança assim estava além da capacidade não só da teoria de Paul, mas também da fonêmica puramente contrastiva representada por Hockett (1958), em que a realização fonética das unidades não comportava nenhuma significação estrutural.

Avanços mais substanciais na aplicação diacrônica da teoria dos traços distintivos foram feitos, mais uma vez, por Martinet. Primeiro, ele enriqueceu o conceito de “refonologização” com uma doutrina, mais plenamente desenvolvida e amplamente ilustrada, da preservação de traços úteis (p. ex., 1955: 186-187, 199-211). Ainda mais importante foi seu desenvolvimento daquilo que por tanto tempo fascinara e intrigara os linguistas — a simetria dos sistemas sonoros. Os neogramáticos desconfiavam dela — mais uma vez, viram os perigos da mistificação — e não conseguiram lidar muito bem com o fato de que “todas as línguas exibem uma certa harmonia do sistema sonoro” (Paul, p. 57), até que Sievers ofereceu uma explicação fisiológica: uma posição de repouso diferente dos órgãos nos falantes de línguas diferentes. Os contemporâneos de Sievers saudaram essa base empírica para as intrigantes simetrias — mas provas empíricas não sustentaram a alegação, e tampouco ninguém conse-

guiu explicar por que tal posição de repouso deveria controlar a realização de segmentos sonoros. Foram os fonologistas de Praga que procederam a uma descrição sistemática destas harmonias; e foi Martinet que tentou dar um passo *explicativo* maior ao argumentar que o conflito entre a geometria assimétrica dos órgãos da fala e a economia (presumivelmente) psicofísica da utilização simétrica dos traços distintivos garante uma permanente instabilidade dos sistemas sonoros. As ilustrações de Martinet de oscilações reais de sistemas, entre simetria e assimetria (1955: 88ss.) oferecem sólidos argumentos para sua teoria, que deve ser incluída em qualquer explicação da mudança linguística, embora ainda deixe intocado o enigma da implementação.

O desenvolvimento da teoria dos traços distintivos também tornou possível pela primeira vez não apenas caracterizar sistemas sonoros em termos de presença ou falta de certos sons (ou classes de sons), mas também sugerir implicações necessárias; por exemplo, se uma língua tem africadas, também terá fricativas homorgânicas. A tentativa mais ambiciosa nesta direção é a de Jakobson (1941) e, na atmosfera de um interesse renovado pelos universais da linguagem, a busca de implicações pareceu ser a linha de trabalho mais promissora na fonologia (p. ex., Ferguson 1963). Obviamente, a lista de implicações válidas ainda é extremamente vacilante, de modo que tentativas de usar os supostos universais como fatores condicionantes da reconstrução (p. ex., Jakobson 1958) permanecem altamente controversas (cf. a discussão de S. W. Allen, *ibid.*). Mas as possibilidades nesta linha ainda estão seguramente longe de se esgotar.

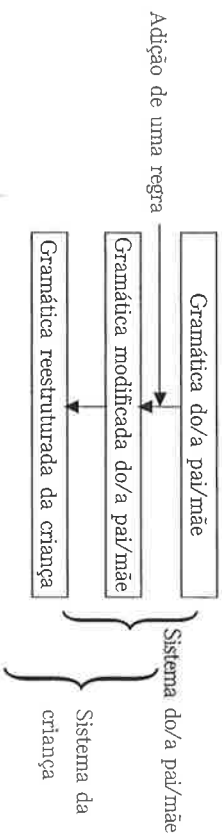
2.4.1 A fonologia gerativa e a economia das gramáticas

Como em todos os casos previamente citados, o desenvolvimento de um novo esquema de descrição linguística — a “fonologia gerativa” (Halle 1959, 1962) — implica uma redefinição e uma reclassificação das mudanças registradas há muito tempo. Em particular, a formulação de redundâncias fonéticas em termos de regras ordenadas torna possível descrever as diferenças entre certos sistemas fonológicos em termos das mesmas regras diferentemente ordenadas (Halle 1962; Keyser 1963; Saporta 1965). De acordo com isso, e previsivelmente, algumas mudan-

gas podem agora ser descritas como inversões de ordem entre regras existentes. Houve um tempo em que as mudanças sonoras estavam sendo classificadas sob as rubricas de “adições de fonemas ao inventário, apagamento de fonemas, substituição de fonemas, transposição de fonemas”. Supomos que a repetição desse exercício simplista em relação a regras (adição, apagamento) não deve ser considerada como a principal contri- buição da teoria gerativa à linguística histórica. Pois, a despeito dos méritos da fonologia gerativa na descrição das mudanças linguísticas, é muito mais importante investigar se ela oferece alguma perspectiva nova na explicação das mudanças.

O esforço de aplicação mais geral da fonologia gerativa à explica- ção histórica ainda é o de Halle (1962); ele serviu como ponto de partida para várias discussões recentes sobre a mudança histórica (p. ex., Closs 1965, sobre a sintaxe). Várias das questões levantadas por Halle são igualmente construtivas e penetrantes; no entanto, o exame dos fundamentos empíricos do ponto de vista de Halle revela sérios motivos de preocupação. Temos argumentado (§1.23 entre outros) que o modelo gerativo para a descrição da língua como um objeto homo- gêneo é desnecessariamente irrealista, e sustentamos que é bastante inútil construir uma teoria da mudança que aceita como *input* descri- ções de estados de língua que contrariam os fatos e são desnecessa- riamente idealizados. Vamos agora abordar três aspectos do argumento de Halle que ilustram mais claramente essas limitações: (1) o isolamen- to da relação individual pai-para-filho da comunidade de fala, e o uso desta relação como um modelo da mudança linguística; (2) o isolamen- to de desenvolvimentos históricos específicos de seu contexto social; e (3) a aplicação dos traços distintivos a exemplos concretos de mudança no espaço fonológico.

(1) *O modelo pai-para-filho de mudança linguística.* O tratamento de Halle para o que chamamos de problema da transição (ver §3.1 e ss.) postula “descontinuidades nas gramáticas de gera- ções sucessivas” (1962: 65) e cita as opiniões paralelas de Meillet a este respeito. A concepção de Halle isola necessa- riamente da comunidade de fala a dupla falante-aprendiz e o modelo parental. O mecanismo que ele propõe para a mudan- ça linguística pode ser diagramado da seguinte forma:



A imagem da relação pai-para-filho como um modelo para a mudança linguística pode ser plausível, no contexto de um modelo estrutural baseado no estudo dos indivíduos (ou de uma “comunidade homogênea”, que é simplesmente um indivíduo sob um rótulo de grupo). Além disso, parece claro que as crianças de fato reestruturam suas gramáticas não uma vez, mas várias vezes, enquanto crescem (Miller e Ervin 1964; Bellugi 1967). Mas o modelo depende da suposição não verificada de que as gramáticas das crianças se formam com base nos dados fornecidos pela fala de seus pais. Ora, há um crescente volume de provas de que a língua de cada criança está continuamente sendo reestruturada duran- te seus anos de pré-adolescência pelo modelo de seu grupo de pares. Estudos atuais dos grupos de pares pré-adolescentes mostram que a criança normalmente adquire seu padrão dialetal particular, incluindo mudanças recentes, de crianças só ligeiramente mais velhas do que ela.³⁶

À luz desta consideração, fica claro que o modelo de Halle deixa várias questões sem responder. A regra adicionada se origina dentro da comunidade? Todos os pais dentro da comunidade adicionam a regra? Se não, o que acontece quando uma criança de uma família que adicio- nou a regra fala com uma criança de uma família sem a regra? As situações alternativas implicadas aqui sem dúvida afetariam o curso da

³⁶ Nos vários estudos empíricos de comunidades de fala mencionados neste ensaio, descobriu-se que, de modo regular, os filhos de pais da “primeira geração” não diferem em suas características dialetais dos filhos de famílias que têm vivido na mesma área por várias gerações, mesmo quando o dialeto dos pais é marcadamente diferente do dialeto local. Assim, a maioria dos falantes do Lower East Side no estudo sobre Nova York eram usuários de inglês de segunda geração — isto é, o inglês não era a língua materna de seus pais —, mas este fato não era inconsistente com uma evolução uniforme e regular do vernáculo básico de Nova York (Labov 1966). Há duas situações em que a língua dos pais pode de fato ser tomada como o modelo definitivo para a língua dos filhos. Uma é o lar isolado — rural ou urbano —, onde a criança não consegue ou não pode brincar com outras crianças. A outra é a transferência direta de um traço de prestígio do pai/mãe para o/a filho/a na variedade de fala monitorada usada para repreender ou para corrigir (ver Labov 1966b).

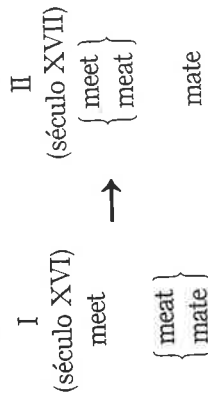
mudança linguística de diferentes maneiras, as quais não podem ser antecipadas dentro do esquema de Halle. Ele, tal como Paul, postula um caráter discreto das gerações que não pode ser sustentado, a menos que se ignore o fato de que as crianças derivam seu *input* linguístico de fontes diversas. Se agora supusermos que o pré-adolescente pode construir e reconstruir uma gramática mais simples enquanto sua experiência cresce, fica óbvio que mudanças estruturais produzidas pela última adição de regra de seus pais podem jamais aparecer na gramática final do adolescente. O próprio fato de que a criança pode reestruturar sua gramática implica que é pouco útil buscar na língua dos pais o modelo para a mudança na gramática da criança. Diferenças radicais entre pai/mãe e filho/a, então, não são evidência da descontinuidade da mudança linguística, mas, sim, da distância social entre as gerações.

Outro ponto frágil do modelo de Halle é a implicação de que uma mudança é completada dentro de uma geração, produto de uma relação específica entre as gramáticas dos pais e dos filhos. Mas essa implicação não é corroborada pelas provas empíricas da mudança em progresso (cf. Gauchat 1905; Hermann 1929; Reichstein 1960; Labov 1963, 1966). Estas investigações descreveram mudanças que continuam na mesma direção por várias gerações. A persistência na direção da mudança sugere que tais mudanças são variáveis que têm sido avaliadas do mesmo modo pela comunidade de fala durante um considerável lapso de tempo (ver §3.3). Um contínuo processo de transferência dentro do grupo de pares, de crianças ligeiramente mais velhas para crianças ligeiramente mais novas, é coerente com esses desenvolvimentos de médio alcance; mas propostas para a reestruturação automática dos dados dos pais pela criança não nos mostram nenhuma razão para que o processo se repita em gerações sucessivas³⁷.

³⁷ Finalmente, vale a pena observar que os problemas apresentados aqui não são irrelevantes para o status histórico das regras alternantes sugeridas em recentes tratamentos gerativos da Grande Mutação Vocálica. Se considerarmos que estas regras alternantes são de algum modo paralelas às mudanças que de fato ocorreram, haveria óbvios problemas de comunicação entre falantes que pronunciassem *sigh* como [si] e *see* como [se], e falantes que investissem estas duas pronúncias. Pode-se argumentar que tal alternância é possível entre duas gerações sucessivas e descontínuas, embora isso dificilmente seja coerente com a restrição de Halle sobre a mútua inteligibilidade como uma pressão sobre a mudança (1965: 66). Mas se pensarmos em sucessivas faixas etárias transmitindo a tradição linguística num modo contínuo, então as regras alternantes parecem ainda mais distantes de processos que podem ocorrer no processo real de mudança linguística.

(2) *Aplicação a exemplos históricos.* Quando Halle lida com um exemplo histórico real, o caráter isolante de seu modelo básico emerge de modo ainda mais saliente. Tendo separado o falante individual de seu grupo, Halle delinea argumentos estruturais para relacionar vários indivíduos (= idioletos), sem considerar a evidência histórica disponível sobre o processo de mudança dentro da comunidade de fala. Ele discute o caso da vogal /ē/ do inglês moderno (*meat, sea, beat*) como exemplo de uma mutação na ordem das regras que operam sobre uma estrutura subjacente preservada de estágios anteriores da língua.

É verdade que os estudiosos do inglês ficaram intrigados por algum tempo com a aparente reversão de uma fusão completada: na Londres do início do século XVI, as classes de palavras de *meat* e *meat* aparentemente tinham se fundido e ficaram em oposição à classe de *meet*; mas no século XVII, o sistema emergiu em sua forma moderna com *meat* oposto a *meat* e *meet*:



Halle usa este exemplo para argumentar que a fusão no nível (contraste ou biúnico) fonêmico não é irreversível. Mas seu exemplo — não importa quão hipotético — perde a força à luz das ricas comprovações trazidas por Wylid (1936) e Kökeritz (1953), que mostram que os sistemas I e II se alternaram em Londres por um período considerável, e que a significação social das regras conservadora e inovadora deve ter sido bem conhecida da maioria dos londrinos. Nos textos de Shakespeare, por exemplo, Kökeritz encontra amplo suporte para a tese de que o sistema conservador era identificado com a fala refinada e aristocrática — da mesma forma como para o londrino comum, sem dúvida, é avaliada a pronúncia padrão da BBC hoje em dia. Tais falantes devem dominar tanto o sistema antigo quanto o novo, ao menos em sua percepção. Quer vejamos o processo como um bidialetalismo prolongado ou como variabilidade estrutural inerente (ver §3.3 abaixo), temos de supor que alguns falan-

tes de todas as idades eram competentes na fonologia de I e II (regras [14] e [22-23] de Halle). Seguramente, uma solução empírica para o problema da transição tem que ter precedência sobre argumentos baseados na manipulação de estruturas isoladas: desconsiderar evidências empíricas, mesmo num exemplo hipotético, representa um passo atrás na explicação da mudança (com efeito, um retorno à posição de Sausurre; ver §1.21 acima).

(3) *Aplicação da teoria dos traços distintivos a mudanças sonoras observadas em progresso.* Estudos de mudanças fonológicas em progresso sugerem que as propostas de Halle são inadeguadas por não conseguirem dar conta de modos de transição frequentemente observados. Temos evidências quantitativas consideráveis para mostrar que existe íntima covariação entre o movimento de vogais baixas numa direção anterior-e-posterior e vogais médias movendo-se para uma posição mais alta ou mais baixa. Moulton (1962) mostrou que a posição da vogal baixa central em dialetos suíços era uma função da estrutura das vogais médias e baixas médias nas séries anterior e posterior. Labov (1966: 529-535) estabeleceu que numa única comunidade de fala a posição do /ah/ era estreitamente determinada pelas alturas relativas das vogais médias /eh/ e /oh/. Estas relações quantitativas implicam o movimento constante de uma vogal ao longo de uma dimensão em coordenação com outras vogais movendo-se ao longo de outras dimensões — durante várias gerações. Evidências qualitativas de várias mudanças completadas recentemente sugerem o mesmo padrão; em dialetos iídiches, as mudanças $u > y$ /> ɪ/ e $\bar{o} > u$ estão sistematicamente relacionadas (Herzog 1965: 170); em vários dialetos americanos, encontramos processos em andamento semelhantes de anteriorização de /ah/ acompanhada de elevação de /eh/ rumo a /eh/;³⁸. Estes dados mostram que o mecanismo de mudança não é a repentina substituição ou adição de regras de nível mais alto, mas sim a aplicação de uma função contínua ao espaço fonológico num nível em que valores contínuos são possíveis. Além disso, mostram que o modelo

³⁸ Este desenvolvimento está especialmente adiantado em cidades do Norte como Buffalo, Detroit e Chicago. Um falante de Detroit de 15 anos de idade, por exemplo, se divertiu ao descobrir que os nova-iorquinos dizem [bɔɪl] para [baɪl] ("bottle") e [bɔɪt] para [bit] ("battle"). Num grupo de rapazes operários de Chicago, encontramos John realizado como [jæɪn], locks como [læks] e that como [ðeɪt].

bidimensional do quadrângulo das vogais, baseado em posições articulatórias da língua, oferece o quadro dentro do qual tais mudanças operam, e que medidas diretas da distância entre vogais baixas e médias são um fator nas regras em operação (ver §3.3 abaixo). No entanto, o quadro de traços distintivos com que Halle trabalha dissolve o espaço fonológico em dimensões independentes. Nenhuma das definições de gravidade e compacidade oferecidas até agora nos dará uma motivação teórica para a covariação de gravidade e compacidade entre as consoantes, e nenhuma evidência assim apareceu. Portanto, se o historiador da língua quiser aceitar a matriz dos traços distintivos, ele perderá a possibilidade de descrever de modo coerente uma série de mudanças que se movem em torno da periferia do trapezoide vocal.

Apesar das três limitações discutidas acima, permanece um forte apelo intuitivo na visão de Halle do papel, na mudança linguística, do comportamento formador de regras das crianças. Não podemos desconhecer o fato óbvio de que os pré-adolescentes constroem gramáticas independentemente e podem reestruturá-las diversas vezes. Mas a hipótese pai-para-filho obscurece mais do que ilumina a questão empírica sobre se a mudança é contínua ou descontínua. O ponto crítico a ser examinado é se podemos localizar qualquer descontinuidade linguística na sucessão de grupos etários numa dada comunidade.

Uma tal investigação realista da descontinuidade pode proceder de um modelo teórico que constrói gramáticas para comunidades de fala heterogêneas. Argumentamos que, enquanto a mudança linguística está em progresso, uma forma arcaica e uma inovadora coexistem dentro da gramática: esta gramática difere de uma gramática anterior pela adição de uma regra, ou talvez pela conversão de uma regra invariante numa regra variável (ver §3.3 abaixo). Se adotarmos uma visão semelhante à de Sturtevant (1947: cap. VIII), teremos de contar com o fato de que a significação social será, mais cedo ou mais tarde, atribuída à oposição das duas formas. Em algum ponto, as questões sociais e linguísticas se resolvem conjuntamente; quando a oposição já não se mantém, a variante conservadora desaparece. Esta visão da mudança se encaixa na observação geral de que a mudança é mais regular no produto do que no processo. Podemos esperar que a mudança abrupta ou a descontinuidade ocorram no ponto de resolução. É neste ponto que podemos esperar uma súbita reestruturação da gramática:

a busca de discontinuidades linguísticas na sucessão dos grupos etários seria, portanto, um primeiro passo necessário para a sugestão de Halle receber firme suporte empírico.

3

A língua como um sistema diferenciado

3.0 UMA ABORDAGEM SISTEMÁTICA DAS ESTRUTURAS HETEROGÊNEAS

VOLTAMOS agora à questão fundamental levantada na Seção 0: se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como ela funciona enquanto a estrutura muda? Vamos propor um modelo de língua que evita os infrutíferos paradoxos com que as teorias da estrutura homogênea têm estorvado a linguística histórica.

Vimos que, para Paul tanto quanto para Saussure, a variabilidade e a sistematicidade se excluíam mutuamente. Seus sucessores, que continuaram a postular mais e mais sistematicidade na língua, ficaram ainda mais profundamente comprometidos com uma concepção simplista do idioleto homogêneo. Não ofereceram nenhum meio efetivo para constituir uma comunidade de fala a partir de vários desses idioletos, nem sequer para representar o comportamento de um único falante com diversos idioletos à sua disposição. Tampouco ofereceram um método efetivo para constituir uma única língua a partir de estágios homogêneos cronologicamente discrepantes. No entanto, a maioria dos linguistas reconhece a evidência que demonstra que a mudança linguística é um processo contínuo e o subproduto inevitável da interação linguística.

Os paradoxos foram sentidos intensamente. Hockett, por exemplo, exibe uma sensibilidade dolorida frente à dificuldade de reconciliar o fato da mudança com a natureza categórica da estrutura homogênea. Por um lado, ele afirma que o processo de mudança sonora é demasiado lento e gradual para ser observado, exceto em seus efeitos; por outro lado, sustenta que o processo de mudança estrutural é instantâneo e, portanto, igualmente inobservável por seus efeitos. É possível acompanhar, como fizemos, os desdobramentos históricos que levaram a essas posições extremas, mas poucos linguistas podem ficar satisfeitos com

uma explicação da mudança que depende da inobservabilidade conjunta de todos os processos envolvidos.

Sugerimos (§8) que a solução para essa questão fundamental repousa na decisão de romper com a identificação da estruturalidade com a homogeneidade. No lugar dela, propusemos que uma explicação razoável da mudança dependerá da possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua. Nesta seção, apresentaremos tal modelo de estrutura linguística, junto com alguns dos dados que o sustentam; em seguida, esboçaremos uma estratégia para um estudo da mudança linguística que se alicerce sobre estes fundamentos empíricos.

3.1 O TESTEMUNHO DA GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA

Desde o início, os achados da geografia linguística têm sido usados pelos linguistas históricos para sustentar seus pontos de vista teóricos, mas raramente os dados forneceram as provas que eram desejadas³⁹. Se as isoglossas para cada palavra envolvida numa mudança sonora coincidissem, a hipótese dos neogramáticos receberia uma poderosa sustentação. Mas o fato doloroso é que elas raramente coincidem, mesmo quando se agregam para compor feixes frouxos. A desculpa de que cada palavra tem sua própria história reflete nossa incapacidade de predirer ou mesmo de explicar os modos como uma palavra precede uma outra ao longo dos mapas do geógrafo-linguista. No entanto, essa suposta evidência é apresentada nos textos clássicos dos neogramáticos junto com pronunciamentos categóricos sobre a natureza não excepcional das mudanças sonoras (Bloomfield 1933: 341, 361)⁴⁰.

Os linguistas históricos também esperavam que as isoglossas sustentassem a firme divisão dos territórios linguísticos em conjuntos hierarquicamente ordenados de línguas, dialetos e subdialetos. Aqui, novamente, as evidências foram decepcionantes: um conjunto aleatório de

³⁹ Compare-se a leitura que Osthoff e Brugmann fazem de Winteler.

⁴⁰ Uma abordagem para reconciliar os fatos da geografia linguística com a uniformidade das leis sonoras é argumentar que as flutuações atestadas são os resultados de empréstimo e reempréstimo de um dialeto regular para outro. O processo de mudança sonora então sai da classe dos fenômenos observáveis (cf. Weinreich 1960: 330 para uma crítica da elaboração de Hockett sobre este tema).

isoglossas não divide um território em áreas bem delimitadas, mas, sim, num *continuum* de fragmentos sutilmente subdivididos. Bloomfield revê este problema (1933: 341), mas seus próprios critérios para selecionar as isoglossas mais significativas para a classificação dialetal não se revelaram exitosos na pesquisa empírica (Weinreich 1968).

Também se esperava que a geografia dialetal oferecesse suporte para a noção de que existe uma correlação negativa entre a “estruturalidade” e a comunicabilidade dos fenômenos linguísticos. Para Paul, por exemplo, tudo na língua era infinitamente comunicável pelo intercursos social, e tudo numa língua respondia livremente, sem resistência, à influência externa — *exceto* as regras fonológicas. Num espírito bem semelhante, Sausurre alegava que o modelo de ondas nos esclarece sobre as leis primordiais de todos os fenômenos da diferenciação (p. 287), embora devamos presumir que para os propósitos da reconstrução, isto é, de novo, na fonologia, Sausurre conservaria a *Stammbaum* que postula a dependência mútua de inovações particulares.

A correlação negativa entre estruturalidade e comunicabilidade foi uma extrapolação perfeitamente natural para uma teoria linguística socialmente agnóstica. Contudo, a correlação nunca foi mais do que hipotética e agora fica evidente que ela era factualmente incorreta. Já demos provas mais acima de que as fusões fonêmicas se expandem para fora, e essa tendência parece, de fato, ser muito geral⁴¹. Poderia se argumentar que a expansão das fusões representa a perda de estrutura, mais do que a transmissão de estrutura. Entretanto, as evidências para a comunicação de aspectos estruturais são mais amplas do que isso. Os estudos feitos com

⁴¹ Pode se observar a expansão de fusões numa grande variedade de áreas dos Estados Unidos com base nos registros do *Atlas Linguístico* realizado uma geração atrás. A fusão de vogais baixas posteriores em *hock* e *hawk*, *don* e *dawn* está se expandindo para além das áreas centrais da Nova Inglaterra oriental e da Pensilvânia ocidental. Observações sistemáticas da mesma fusão no Oeste dos Estados Unidos indicam rápida expansão e solidificação. A fusão de /i/ e /e/ antes de nasais está se expandindo para fora do Sul, e foi observada em pontos tão ao norte quanto Gary (Indiana). Várias distinções antes do *r* estão sendo perdidas em áreas onde estavam bastante firmes uma geração atrás: /or - or/ em *hoarse* vs. *horse*, *pork* vs. *stork*, é um dos exemplos mais notáveis, no Sul tanto quanto no Norte. A distinção de /hw - w/ em *which* vs. *wich*, *whale* vs. *wale* exhibe uma instabilidade comparável, apesar de ser apoiada pela ortografia. A principal exceção a essa tendência é o avanço da pronúncia do *r* em áreas anteriormente sem -r, restaurando em algumas regiões a distinção entre *god* e *guard*, *sauce* e *source*. O avanço deste traço prestigioso, apoiado pelos meios de comunicação de massa, é discutido abaixo (§ 3.3). Note-se que na grande maioria das áreas sem -r, muitas destas distinções foram mantidas pela qualidade da vogal.

base no *Atlas do Iídiche*, por exemplo, estão revelando exemplos interessantes, tal como a transmissão de um sistema de gênero reorientado do iídiche-nordeste para o iídiche-central (Herzog 1965: 101-118). Enquanto o avanço global do padrão do nordeste manifesta a perda da categoria do neutro, também observamos a importação de uma nova categoria "intermediária" que é o resultado do empréstimo de relações de concordância abstratas mais do que de empréstimo direto de itens lexicais. Além disso, essa área de transição mostra a comunicação de uma nova restrição sobre a atribuição de gênero envolvendo a oposição nomes contáveis vs. nomes incontáveis, que não existia no dialeto (p. 103).

Não pretendemos negar que uma dialetologia estrutural sincrônica seja possível: como exercício analítico, nada há de errado com ela; mas à medida que os fatos se acumulam, tal extensão mecânica do estruturalismo está se tornando cada vez menos esclarecedora como explicação do modo como a língua se desenvolve.

Não estamos afirmando, é claro, que todas as inovações são igualmente comunicáveis; se fossem, não haveria isoglossas interseccionantes nem diferenciação dialetal duradoura. Estamos negando simplesmente que a estrutura sincrônica da língua nos forneça os critérios principais para a comunicabilidade diferencial.

A rede de isoglossas que deriva de um estudo de geografia dialetal frequentemente representa o equivalente sincrônico do problema da *transição* — isto é, a trilha pela qual uma mudança linguística está caminhando para se completar. Um entendimento da relação destas isoglossas com a mudança linguística frequentemente depende de uma solução para o problema do *encaixamento* — isto é, a relação delas com os sistemas linguísticos e com as histórias das comunidades de fala envolvidas. É mais provável que uma dada isoglossa represente uma mudança linguística em progresso se sua localização não puder ser explicada pelo contexto linguístico ou histórico. Podemos distinguir quatro tipos de isoglossas em termos de sua "explicabilidade".

- (1) A isoglossa ou feixe de isoglossas coincide com uma fronteira política (ou geográfica), representando os limites do padrão de comunicação que levou à difusão do fato linguístico. As grandes discontinuidades no iídiche do norte da Polónia mostram várias fronteiras deste tipo (Herzog 1965: 246-252). O feixe

de isoglossas que separa o iídiche-norte-central do iídiche-central coincide com certo número de fronteiras políticas bem conhecidas do século XVI. A fronteira linguística entre o iídiche-nordeste e o norte-central coincide com uma descontinuidade social que é menos óbvia: a linha ao longo da qual colonos judeus lituanos vindos do norte encontraram colonos judeus poloneses vindos do sul e do centro, quando esta área foi aberta para o assentamento judeu no século XVI. Este feixe de isoglossas também é uma grande divisão na área da cultura não verbal.

- (2) A localização da isoglossa é explicada por sua relação sistemática com outras isoglossas que se enfeixam com ela. Os casos mais claros são os da *incompatibilidade* linguística: onde a mudança em progresso representa um aspecto que não pode simplesmente ser acrescido ou subtraído do sistema do dialeto vizinho encontrado para além do feixe de isoglossas. Observamos um exemplo disso na difusão da monotongação de *aj* do iídiche-central para o sul da Ucrânia, de modo que *hajnt* ("hoje") se tornou *ha:nt*, e *majlexl* ("boquinha") se tornou *ma:lexl*. A difusão deste aspecto mutante terminou de modo abrupto justamente naquele ponto em que a distinção de comprimento de vogal foi perdida no norte da Ucrânia. Se a monotongação tivesse continuado, o monotongo teria coincidido com o *a* breve naquela região, de modo que *hant* representaria tanto "hoje" quanto "mão", e *malexl* representaria tanto "boquinha" quanto "anjinho" (Herzog 1968: fig. 7)⁴².

- (3) A localização da isoglossa não se explica por nenhum fator linguístico ou social, mas a direção do movimento é previsível em termos linguísticos. A Figura 1 mostra um exemplo de duas isoglossas "livres": de um lado, a fusão de *i* e *u* movendo-se do sudeste para o nordeste e, do outro, a fusão de *i* e *u*: movendo-se do nordeste para o sudeste. Um fator condicionante geral sobre a mudança linguística discutida acima, o de que as

⁴² O comprimento também foi subsequentemente perdido no sul da Ucrânia. Por conseguinte, *a* (< *a*: < *a*) ocorre em *hant* ("hoje") e *malexl* ("boquinha"). No entanto, o *a* breve original evoluiu para um *o* breve, e "mão" é *hont*, e "anjinho" é *moflexl*.

fusões se expandem às custas das distinções, nos leva a predizer as direções das mudanças com base só nos fatos sincrônicos. Observou-se, é claro, que a direção do movimento pode ser predita em vários casos com base nos fatores geográficos e configuracionais dos mapas dialetais.

- (4) A localização da isoglossa não se explica por fatores linguísticos nem sociais, e a direção do movimento não é previsível. Muitas isoglossas lexicais individuais têm este caráter. É possível verificar que em todos estes casos estamos lidando com itens transportados por falantes individuais que se movem ao longo de linhas de comércio e trânsito, mais do que com uma difusão firme do traço linguístico de uma comunidade de fala vizinha para outra por padrões de comunicação mais frequentes e previsíveis.

O problema de explicar a transição geográfica de dialetos através de um território parece, portanto, simétrico ao problema de explicar a transição de dialetos através do tempo numa comunidade. Em cada caso, há um contato entre falantes com sistemas diferentes. Se quisermos resolver os misteriosos paradoxos da mudança esboçados acima, será necessário analisar os processos que ocorrem em tais situações de contato em termos de como um falante pode entender e aceitar como seus os elementos estruturais na fala de outros.

3.2 LÍNGUAS E DIALETOS EM CONTATO

Um estudo atento do problema da transição inevitavelmente nos leva a considerar a transferência de uma forma ou regra linguística de uma pessoa para outra — mais especificamente, de um sistema linguístico para outro. O mecanismo mais simples foi o proposto por Paul, em que a transferência ocorre entre dois dialetos isolados, homogêneos. Para Paul, a "mistura de línguas" (incluindo mistura de dialetos, p. 402) surge quando dois indivíduos, cada um por definição falando seu próprio dialeto, se comunicam entre si. Quando isso acontece, "o falante influencia as imaginações linguísticas relevantes (*Vorstellungsmassen*) do ouvinte" (p. 390). Assim, ocorre ou intercuroso de dialetos não idênticos, ou modificação de dialetos por mútua influência.

Independentemente de como este modelo de mudança linguística seja considerado, ele parece impraticável. Ele não corresponde às observações empíricas nem oferece um modelo razoável que satisfaça nossas intuições nativas. O problema é visto em sua forma mais nítida na rápida transferência característica da cultura verbal pré-adolescente. Na área de Boston, as crianças pedem uma fatia de bolo ou um doce a seus amigos dizendo "Alles", "Cakes" ou "Checks". Se uma criança de Providence ou Nova York se mudar para Boston e tentar pedir uma fatia usando um termo estranho, seria razoável esperar que sua tentativa fosse frustrada. No entanto, de um modo ou de outro, o termo para pedido "Thumbs up" se difundiu para Boston e outras cidades do norte no final dos anos 1950 e desalojou os termos locais. A influência direta de um falante sobre outro no processo de comunicação se opõe claramente ao aparente autointeresse do receptor.

Na explicação de Paul, o domínio de dois dialetos só é considerado para propósitos históricos (como uma explicação da influência de um dialeto sobre outro). Não se propõe para a investigação nenhuma prioridade sincrônica ou de bi-dialealismo como tal — nem analítico, nem psicológico, nem social. Assim, a teoria de Paul permite trocas para outros dialetos tanto quanto *influências* interdialetais, mas não a alternância entre dialetos⁴³. Se abandonarmos o dialeto individual homogêneo como modelo para a língua, podemos sugerir um mecanismo de transferência mais inteligível. Parece razoável dizer que a transferência ocorre quando o falante *A* aprende a forma ou regra usada pelo falante *B*, e que a regra então coexiste na competência linguística de *A* junto com sua forma ou regra anterior. A mudança então ocorre dentro do complexo repertório linguístico de *A*: um tipo é o desfavorecimento gradual da forma original em prol da nova, de modo que ela assume o *status* de "arcalca" ou "obsoleta".

O tratamento dado por Bloomfield às mudanças sonoras no holandês mostrou um claro avanço em relação a Paul neste aspecto:

Todo falante está constantemente adaptando seus hábitos de fala aos de seu interlocutor; ele abre mão de formas que tem usado, adota novas e, talvez mais frequentemente que tudo, muda a frequência das

⁴³ No estudo do contato linguístico também se distingue entre alternância posterior-*e-anterior* e troca de uma vez por todas; cf. Weinreich 1953: 68-69.

formas faladas sem abandonar inteiramente as velhas ou aceitar qualquer uma que seja realmente nova para ele (1933: 327-328).

O fato de Bloomfield se dispor a aventar a possibilidade de um modelo mais complexo de transferência indica um reconhecimento geral da importância das alternâncias estilísticas no comportamento linguístico. Os estudos de mudança linguística em progresso regularmente trazem à tona esse tipo de alternância (Kökeritz 1953: 194ss.; Labov 1963; Reichstein 1960). Qualquer atlas dialetal oferece diversos exemplos da oposição arcaico/innovador dentro da competência de falantes individuais. Mas podemos também apontar um mecanismo de mudança distintamente diferente que pode ocorrer simultaneamente com aquele. Quando o falante A aprende pela primeira vez uma regra, q , de B , não é de esperar que ele a aprenda perfeitamente. Influenciado por seu próprio sistema, P , e sem a gama total de experiência de B que suporta o sistema Q de B , A adquire uma regra, q' , de um tipo algo diferente — uma regra fonológica com traços alterados, uma regra lexical com diferentes privilégios de distribuição, ou uma regra gramatical com algumas condições especiais perdidas. Assim, nessa transferência inicial, um segundo tipo de mudança já aconteceu. Mas a mudança mais profunda e sistemática deve ser esperada *depois que* A adquiriu a regra de B . Dentro do repertório único disponível a A (contendo p em P e q'), podemos prever uma acomodação de p e q' — normalmente, uma assimilação de q' aos traços característicos de p de modo que se torna possível a inserção final de uma q'' modificada dentro do sistema P . Esse processo tem sido observado diversas vezes no ajuste fonológico de palavras emprestadas. Quando *Trauma* foi emprestado do alemão para o inglês, o r uvular automaticamente se tornou uma apical surda americana; mas no período subsequente de ajuste, podemos observar o /aw/ mudando para /o/ em conformidade com a regra geral que restringe /aw/ diante de consoantes labiais. O iídiche *stik*, "pedaço; travessura" foi tomado emprestado pelo inglês da cidade de Nova York aproximadamente com a mesma forma fonética; mas na comunidade negra, onde o ʃ não ocorre em grupos iniciais⁴⁴, a forma mudou para [stik], homônima com *stick*, com diversas consequências semânticas.

⁴⁴ Assim, *Schneider* aparece como [snaide], *shizuck* como [smʌk], e *shnook* como [snuk].

Quando um falante negro tradicional do sul dos Estados Unidos migra para o norte, adquire o termo geral *common sense* ("senso comum, bom senso") que é apenas um equivalente parcial para seu termo nativo *mother-wit* ("inteligência prática, inata") ou *mother-wit*⁴⁵. Os dois coexistem como um *mother-wit* arcaico versus o *common sense* inovador, mas quando a alternância entre os dois se resolve em favor de *common sense*, o modificador *mother-* muda de seu significado original, "inato, original", para o de "mãe", mais geral. Assim, alguns falantes negros jovens, indagados se os homens podiam ter *mother-wit*, se mostraram espantados e responderam: "Não".

O estudo de línguas em contato confirma a ideia de que a coexistência estável de longo prazo é muito frequentemente uma ilusão, promovida talvez pela existência de um léxico e de uma morfofônica relativamente estáveis (ou até dessemelhantes). A investigação de Gumperz do íntimo e prolongado contato do marati e do kannada em Kupwar (Índia) (1967) mostra o ajuste mais radical de semântica, estrutura frasal, componente transformacional e fonética dos dois sistemas. Por outro lado, o vocabulário e os morfemas gramaticais são tão patentemente diferenciados que nunca pode haver dúvida num dado enunciado se o que está sendo falado é marati ou kannada. Línguas que são obviamente diferentes na estrutura de superfície de fato se tornaram tão semelhantes, que a tradução mecânica parece bastante factível por meio de uma simples consulta ao dicionário.

Os achados de Gumperz são o produto de um estudo atento do bilinguismo dentro de seu contexto social; sua abordagem do desenvolvimento do marati foi um estudo não só do problema da transição, mas também do problema do encaixamento. Os objetos que Gumperz analisou não foram o marati e o kannada padronizados descritos nos manuais, mas os sistemas coexistentes que estavam em uso dentro de um

⁴⁵ O termo *mother-wit* é arcaico ou erudito na fala dos brancos, mas é um caso de uso cotidiano para os falantes negros do sul. Embora seja equivalente a *common sense* ("senso comum; bom senso") na representação do saber corriqueiro, prático, não aprendido em livros, difere em sua conexão mais firme com o conceito de inteligência natural, inata; a maioria dos falantes brancos acreditam que se adquire mais bom senso à medida que se envelhece. Um dos fatos notáveis sobre a oposição *mother-wit* ~ *common sense* é que os brancos são uniformemente ignorantes do uso negro de *mother-wit*, e os negros são uniformemente ignorantes de que os brancos não usam o termo (dados provenientes de investigações semânticas associadas a Labov 1963 e 1966).

contexto social específico. Parte da solução para o problema do encaixamento de uma mudança linguística particular é, obviamente, o estudo de suas inter-relações estruturais com os elementos linguísticos que o circundam; mas as soluções para estes problemas foram frequentemente artificiais e insatisfatórias, já que comparavam estruturas que não estavam em contato real em nenhuma situação social real. Em princípio, não existe diferença entre os problemas de transferência entre dois dialetos intimamente relacionados e entre duas línguas distantemente relacionadas.

Examinando as mudanças linguísticas que ocorrem dentro da fala de indivíduos bilíngues ou bidialetais, podemos contemplar fatores puramente estruturais; mas o isolamento da estrutura tem falhado significativamente em resolver o problema de especificar a interferência bilíngue. Como observou Weinreich:

Obviamente, o linguista está autorizado a abstrair a língua de considerações de natureza psicológica ou sociológica. Na verdade, ele DEVERIA postular problemas puramente linguísticos sobre o bilinguismo [...]. Mas a extensão, a direção e a natureza da interferência de uma língua sobre outra podem ser explicadas ainda mais amplamente em termos do comportamento de fala de indivíduos bilíngues, o qual por sua vez é condicionado por relações sociais na comunidade em que ele vive (1953: 4).

Podemos agora nos voltar para o exame mais específico da situação de contato e da natureza sistemática da alternância de estilo que se postula aqui.

3.2.1. *Sistemas coexistentes*

Foi sugerido acima que encontramos certo grau de contato entre quaisquer dois dialetos regionais: alguns falantes que controlam ambos os dialetos ativamente, e um número maior que têm conhecimento passivo do dialeto vizinho, mas comando ativo de apenas um. Também encontramos na maioria das comunidades de fala formas distintas da mesma língua que coexistem, *grosso modo*, na mesma proporção em todas as sub-regiões geográficas da comunidade. Este é o caso não somente de áreas urbanas como Nova York, Londres ou Paris, mas também em comunidades rurais como Hennes (Noruega) ou Martha's Vineyard (Massachusetts). Estas formas coexistentes podem ser conhecidas como "estilos", mas também como "padrões", "gírias", "jargões", "jeito antigo de

falar" ("old talk"), "níveis culturais" ou "variedades funcionais". Nos termos do modelo de um sistema linguístico diferenciado que estamos desenvolvendo, tais formas compartilham as seguintes propriedades:

(1) Oferecem meios alternativos de dizer "a mesma coisa": ou seja, para cada enunciado em *A* existe um enunciado correspondente em *B* que oferece a mesma informação referencial (é sinônimo) e não pode ser diferenciado exceto em termos da significação global que marca o uso de *B* em contraste com *A*.

(2) Estão conjuntamente disponíveis a todos os membros (adultos) da comunidade de fala. Alguns falantes podem ser incapazes de produzir enunciatos em *A* e *B* com igual competência por causa de algumas restrições em seu conhecimento pessoal, práticas ou privilégios apropriados ao seu *status* social, mas todos os falantes geralmente têm a capacidade de interpretar enunciados em *A* e *B* e entender a significação da escolha de *A* ou *B* por algum outro falante.

Ao longo das décadas de 1920 e 1930, é possível rastrear uma tendência geral dos linguistas na Europa e na América a se afastar da unidade psicológica simples do idioleto tal como postulada por Paul Mathesius e seus colegas em Praga usaram uma abordagem multistratificada para caracterizar sistemas coexistentes na mesma comunidade. Jakobson (1931) declarou que a alternância de estilo é um fato permanente que não compromete a sistematicidade de cada estilo como um objeto da descrição linguística. Nos Estados Unidos, vimos que Bloomfield considerava a existência de formas arcaicas e inovadoras no mesmo falante. Além disso, Bloomfield foi totalmente capaz de corrigir sua própria opinião anterior de que as complexidades dos estilos de fala "bons" e "ruins" são artefatos das culturas letradas; quando confrontado com a situação dos *menomini*,¹ ele reconheceu que estilos hierarquizados e organizados são o produto de processos sociais gerats (1927) Confrontado com a crescente consciência da heterogeneidade da língua usada por cada indivíduo, Bloch procedeu ao desenvolvimento de uma noção do idioleto que representava apenas um dos possíveis sistemas dentro da competência individual (1948: 7).

¹ Menomini ou *menominee*: membro de um grupo indígena norte-americano (estado do Wisconsin) (N. do T.).